

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
ASSITÊNCIA SOCIAL

ANA VALÉRIA SOARES CASTRO
ANGÉLA MARIA MORAES NAZAR
MYRTHIS DOS REIS BARBOSA

VIDAS DE RUA: uma análise sobre a (in) efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua atendida no Centro POP/Anil em São Luís – MA.

São Luís
2017

**ANA VALÉRIA SOARES CASTRO
ANGÊLA MARIA MORAES NAZAR
MYRTHIS DOS REIS BARBOSA**

VIDAS DE RUA: uma análise sobre a (in) efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua atendida no Centro POP/Anil em São Luís – MA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro, para obtenção do grau de especialização.

Orientadora: Prof.^a Ma. Ludmilla B. Leite

São Luís
2017

Castro, Ana Valéria Soares

Vidas de rua: uma análise sobre a (in) efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua atendida no Centro POP/Anil em São Luís – MA / Ana Valéria Soares Castro; Angêla Maria Moraes Nazar; Myrthis dos Reis Barbosa -. São Luís, 2016.

Impresso por computador (fotocópia)

122 f.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social. - . 2015.

Orientadora: Prof^a. Ms. Ludmilla Barros Leite Rodrigues

1. Políticas públicas. 2. Pessoas em Situação de Rua. 3. Centro POP. 4. São Luís - MA. I. Título.

CDU 364.442(812.1)

**ANA VALÉRIA SOARES CASTRO
ANGÉLA MARIA MORAES NAZAR
MYRTHIS DOS REIS BARBOSA**

VIDAS DE RUA: uma análise sobre a (in) efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua atendida no Centro POP/Anil em São Luís – MA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social da Faculdade Laboro, para obtenção do grau de especialização.

Aprovada em: ____ / ____ / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Ludmilla B. Leite (Orientadora)

Examinador (a)

Examinador (a)

A Deus, Pai eternamente fiel. Aos nossos pais, familiares e amigos. A todas as pessoas que fazem da rua um espaço possível de existência, sobrevivência e moradia e que apesar de todas as dificuldades mantém acesa em si a esperança de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, com sua infinita bondade, jamais deixou de ouvir as nossas preces e nos concedeu sabedoria para guiar cada página deste trabalho, força de vontade para continuar e perseverança na fé para nunca desistir.

Aos nossos pais, o alicerce: força que nós possuímos para seguir em frente. Pais que não mediram esforços para nos proporcionar a melhor educação possível e por nos oferecerem um amor inigualável. Obrigada pelo incentivo, persistência, apoio e pelo amor incondicional que sempre demonstraram. Muito obrigada por tudo e saibam que sem vocês esse sonho não seria possível. A melhor parte de nós, nossos pais.

Aos nossos familiares, nosso porto – seguro, intensos no amor por mim, carinho, atenção e diversão. Obrigada pelo incentivo, apoio e conselhos que nos deram durante a construção deste trabalho.

Aos nossos irmãos de coração, a quem chamamos de amigos, que compartilharam as angústias e ansiedades, e nos proporcionaram momentos divertidos e maravilhosos que jamais serão esquecidos.

Às amigas e companheiras do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social, com as quais compartilhamos histórias, risadas e fortes emoções. Juntas vivemos momentos de alegrias, tristezas, emoções, decepções, aventuras, momentos divertidos, difíceis, doces e agradáveis. Espero que todas nós possamos ser exemplo diário de comprometimento com a profissão.

À atenciosa Professora, Mestre e Orientadora, Ludmilla Leite, pelo suporte, apoio e confiança, pelas correções, sugestões e estímulos essenciais para um futuro promissor na nossa categoria. Obrigada pelas sábias e significativas contribuições, reflexões e discussões no processo de construção desta pesquisa.

Aos professores do Curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade Laboro, que com seus ensinamentos, nos fizeram enxergar a janela na qual hoje vislumbro um horizonte superior. A vocês, profissionais dedicados e comprometidos, meus eternos e sinceros agradecimentos. Obrigada sempre!

A todos os profissionais do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP – Anil pelo acolhimento e pelas contribuições à pesquisa. Obrigada por proporcionarem o conhecimento da prática

profissional no âmbito da instituição frente à população em situação de rua. A vocês, nossa admiração e respeito pelo trabalho desenvolvido, buscando garantir os direitos das pessoas que vivem nessa situação e que apesar de todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional, fazem a diferença e anseiam por dias melhores.

À população adulta em situação de rua, que tão bem nos recebeu em seu espaço e me possibilitou conhecer a realidade em que vive, contribuindo para o enriquecimento da pesquisa com diálogos valiosos. Obrigada pela confiança, por terem compartilhado suas histórias e emoções, seus anseios e projetos de vida. Continuem acreditando em um futuro melhor. Litem por isso!

E a todos que nos ajudaram e apoiaram nessa longa trajetória, o nosso muito obrigado!

*“Diz-se violento o rio que tudo arrasta,
mas não se dizem violentas as margens
que o oprimem”.*
Bertolt Brecht

RESUMO

Abordagem sobre o trabalho desenvolvido no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP/Anil – localizado em São Luís/MA com base na Política Nacional para População em Situação de Rua e na realidade social vivenciada por esse segmento. Trata-se de um tema atual, que se justifica pela dimensão que assume e por se apresentar como uma das expressões da questão social no mundo contemporâneo. Leva-se em consideração a teia de relações sociais em que estão envoltas e busca-se analisar o atendimento oferecido no Centro Pop/Anil e sua efetivação para garantia de acesso aos direitos das pessoas que vivem em situação de rua sob a perspectiva da Política Nacional voltada para esse segmento destacando as múltiplas determinações que tangem a vida dessas pessoas e as situações institucionais desafiadoras que são intrinsecamente ligadas ao cotidiano dos profissionais. Nessa perspectiva, utilizou-se uma metodologia qualitativa através da qual foi possível analisar os dados da pesquisa. Esta permite a compreensão e análise mais aprofundada desta problemática, fornecendo elementos norteadores para o reconhecimento da necessidade de urgência quanto à efetivação dos direitos da população em situação de rua, através da materialização da intersetorialidade entre as políticas públicas concretizando-se em ações não fragmentadas, amplas e integradas com vistas à cidadania.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Centro POP. Política Nacional para População em Situação de Rua. Intersetorialidade.

ABSTRACT

Approach on the work developed in the Special Reference Center for Population in Situation of the Street - POP / Anil Center - located in São Luís / MA based on the National Policy for Population in Street Situation and the social reality experienced by this segment. This is a current theme that is justified by the dimension that it assumes and by presenting itself as one of the expressions of the social question in the contemporary world. It takes into account the web of social relations in which they are involved and seeks to analyze the service offered at the Pop / Anil Center and its implementation to guarantee access to the rights of people living on the street under the perspective of the National Policy Focused on this segment highlighting the multiple determinations that affect the lives of these people and the challenging institutional situations that are intrinsically linked to the daily life of professionals. From this perspective, a qualitative methodology was used through which it was possible to analyze the research data. This allows for a deeper understanding and analysis of this problem, providing guiding elements for the recognition of the need for urgency regarding the realization of the rights of the population in the street situation, through the materialization of the intersectoriality between the public policies, materializing in non-fragmented actions, Comprehensive and integrated for citizenship.

Keywords: Homeless Population. POP Center. National Policy for Population in Situation of Street. Intersectoriality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Gênero.....	42
Gráfico 2 – Faixa etária.....	54
Gráfico 3 – Etnia.....	56
Gráfico 4 – Escolaridade.....	93
Tabela 1 – Número de Pessoas em Situação de Rua em algumas cidades brasileiras	94
Tabela 2 – Marcos legais de regulação do atendimento à população em situação de rua.....	94
Tabela 3 – Síntese dos serviços por nível de complexidade MDS.....	94

LISTA DE SIGLAS

CAPS AD -	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CDLUSS -	Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social
CENTRO POP -	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPAL -	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNAS -	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDDH -	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Material Reciclável
CREAS -	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS -	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DPE -	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
FGTS -	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIPE -	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT -	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LOAS -	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU -	Organização das Nações Unidas
PAEFI -	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF -	Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA -	Plano de Acompanhamento Individual e Familiar
PNAS -	Política Nacional de Assistência Social
PSC -	Prestação de Serviços à Comunidade
PSE -	Proteção Social Especial
SEMCAS -	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SINE -	Sistema Nacional de Empregos
SNAS -	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS -	Sistema Único de Assistência Social
SUS -	Sistema Único de Saúde
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: uma expressão da desigualdade social	23
2.1	Contextualização histórica da população em situação de rua no Brasil	26
2.2	Casa e rua em um só território: espaço de cidadania e desigualdades sociais	32
2.3	Fatores que levam o indivíduo a situação de rua e suas estratégias de sobrevivência	36
2.4	A população em situação de rua e a violência urbana	41
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: limites, desafios e possibilidades	46
3.1	A efetivação das políticas públicas na garantia de acesso aos direitos à população em situação de rua	46
3.1.1	A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: organização e operacionalização	50
3.1.2	Marcos legais que regem a atenção à população em situação de rua	54
3.1.3	Breves considerações sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua	58
3.1.4	Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua no Brasil: perfis e características socioeconômicas.....	62
4.	UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO OFERECIDO PELO CENTRO POP-ANIL NA GARANTIA DE ACESSO AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	71
4.1	Panorama histórico do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP – Anil	72
4.2	O trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar e a efetivação dos direitos às pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP-Anil em São Luís/MA	80
4.3	O atendimento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP Anil na perspectiva dos usuários	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	112
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	114
APÊNDICE C – Termo de Consentimento sobre entrevista.....	117
APÊNDICE D - Fachada do Centro Pop Anil	118
APÊNDICE E - Área de convivência - atividades socioeducativas, palestras, oficinas.....	118
APÊNDICE F - Área da recepção	119
APÊNDICE G – Cozinha do Centro Pop Anil.....	119
APÊNDICE H - Sala de Atendimento Social (Serviço Social).....	120
APÊNDICE I - Sala de atendimento Psicossocial.....	120
APÊNDICE J – Oficina de Artesanatos confeccionados pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil	121
APÊNDICE K- Oficina de Artesanato em jornal confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil	121
APÊNDICE L - Oficina de artesanato: palhacinhos com material reciclável confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil.....	122
APÊNDICE M - Oficina de Artesanato: abajour feito com canos confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil	122

1 INTRODUÇÃO

O interesse e a escolha da temática população em situação de rua, surgiram desde a realização de um trabalho acadêmico na disciplina Serviço Social e Processos de Trabalho II do curso de Serviço Social em uma universidade do Maranhão no qual sentiu-se a necessidade de realizar uma pesquisa de campo para melhor compreender a realidade dessa população.

A partir de então, objetivou-se analisar e contextualizar as condições de vida da população adulta que vive em situação de rua e que era atendida no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, em São Luís/MA. Para tanto realizou-se o trabalho de conclusão de curso da graduação, de modo a esmiuçar suas principais características, bem como desmistificar a visão estigmatizante que a sociedade tem em relação a esse segmento.

A partir da análise do contexto social do Brasil e especificamente do município de São Luís, estudos e pesquisas sobre a temática realizados na monografia de graduação, surge o interesse em aprofundar e problematizar mais o assunto, para que maiores dados e informações sejam sistematizados e analisados com base na Política Nacional para População em Situação de Rua e na realidade social vivenciada por esse segmento na unidade do Centro POP/Anil em São Luís-MA.

Várias inquietações, questionamentos e reflexões sobre a população em situação de rua foram surgindo: Quem são? Onde vivem? Como vivem? Como são vistos? Quantos são? O que esperam do futuro? Que propostas de enfrentamento a essa questão estão sendo efetivadas? Como conceber políticas públicas para este grupo que vive à margem da sociedade? O trabalho executado no Centro POP contempla as necessidades demandadas por essa população? Considerando tais indagações, nota-se que o estudo sobre população em situação de rua é uma temática muito exigente, porém ainda pouco explorada; o que o constitui como um largo campo de reflexões e análises.

Muitos são os desafios, identificados em meio a uma conjuntura política bastante agravada pela recessão, que acentuam o estado de profunda precariedade de vida da população empobrecida (em particular, de uma parcela historicamente destituída de direitos humanos e sociais – a população em situação de rua). A

presença cada vez mais expressiva de pessoas que habitam espaços públicos das grandes e médias cidades brasileiras é um fato.

No Brasil, esse grupo populacional é bastante heterogêneo. Haja vista que fazem parte desse contexto os pedintes, os desempregados, crianças, adolescentes, adultos, idosos, população LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, transexuais), pessoas com deficiência ou sofrimento psíquico, trabalhadores informais, famílias inteiras, migrantes, pessoas sem convivência familiar permanente ou com vínculos familiares fragilizados.

Percebe-se que essa população tem se ampliado e está cada vez mais heterogênea, adquirindo novos contornos tanto na forma de ocupação quanto na forma de sobrevivência no espaço da rua. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua no Brasil realizada em 2005, cujos dados foram divulgados em 2008, há 31.922 indivíduos que utilizam as ruas como espaço de moradia.

Cabe destacar que este número é ainda maior, pois cidades importantes como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre não foram incluídas na pesquisa. Esses números alarmantes refletem as más condições de reprodução da vida urbana, marcada pela pobreza, exclusão e desigualdade social, que não foram equacionadas no passado.

O aumento e a permanência de pessoas habitando e sobrevivendo nas ruas não é uma questão isolada dos problemas que ocorreram no plano internacional, referentes às mudanças intensas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado. Com a introdução de alterações no processo produtivo, tendo em vista o atendimento das necessidades e da lógica do mercado, começaram a aparecer formas de desconcentração industrial que dominam o capitalismo globalizado, com o objetivo de obter novos padrões de gestão da força de trabalho (ANTUNES, 1999, p. 15).

A instauração do modelo neoliberal trouxe consigo grandes impactos para o cenário social, como: desemprego estrutural, precarização do trabalho, dificuldade para manter os sistemas de proteção social, crescentes exigências de qualificação do trabalhador. Fatores esses desencadeados pelas intensas mudanças causadas pelo impacto de novos processos produtivos e tecnológicos que atingem grande parte da população brasileira e têm gerado segmentos populacionais que, sem

conseguir acompanhar as mudanças do perfil socioeconômico da sociedade, sofrem os efeitos de forte alijamento do mercado de trabalho.

A não incorporação da força de trabalho disponível na sociedade pela produção capitalista gerou uma grande massa de trabalhadores, um excedente das classes subalternas, que não foi absorvida pelo mercado de trabalho por não atender às novas exigências impostas pelo modelo econômico em curso; o que resultou na formação da superpopulação relativa e operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana.

Dessa forma, uma parcela significativa dessa população passou a ter nas ruas das cidades a única alternativa de habitação e sobrevivência. É nesse contexto que se insere a população em situação de rua, considerada como uma das expressões mais dramáticas da questão social no mundo contemporâneo, devido às suas precárias condições de vida, desemprego em massa e insegurança pessoal, vinculados a um quadro de extrema pobreza. Sendo assim, é inevitável não relacionar o crescimento da referida população com o modelo político-econômico instaurado, ainda que a presença de pessoas morando nas ruas seja registrada desde períodos mais remotos da história da humanidade.

É o capitalismo que promove o agravamento dessa situação ao produzir consequências como a precarização das condições de vida expressas pela pobreza extrema e pela desigualdade social – elementos que afetam, de maneira muito particular, a população em situação de rua. Trata-se, portanto, de uma questão conjuntural, resultante da histórica desigualdade promovida pelo capital que se amplia e adquire um perfil mais grave a partir da adoção do modelo econômico neoliberal, haja vista a diversidade de expressões da questão social.

Pode-se afirmar, portanto, que a população vivendo em situação de rua é, atualmente, o reflexo das transformações econômicas e político-institucionais ocorridas com a implantação do modo de produção capitalista e, em seguida, com a adoção do modelo neoliberal, a partir do qual a sociedade brasileira se organiza, num processo concentrador de renda, marcado por desigualdades sociais e conseqüentemente pelo agravamento das más condições de reprodução da vida e desqualificação de serviços públicos como moradia, assistência social, saúde, educação, emprego e renda, segurança dentre outros.

Como produto de um sistema desigual, a população em situação de rua se encontra alijada da vida produtiva, marcada não só pela escassez de bens

materiais, mas também por trajetórias conturbadas, por problemas familiares, pelo preconceito, pela violência, pelo desemprego e pela desqualificação social. Paugam caracteriza esse processo de desqualificação social:

Tem um caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza em que a degradação do mercado de trabalho é expressa não só na multiplicação dos empregos instáveis e no forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também no enfraquecimento das relações sociais, com o aumento das rupturas familiares e no declínio da solidariedade de classe. A fragilidade, a dependência e a ruptura são entendidas como fases do processo de desqualificação social, como um continuum onde a fragilidade é a aprendizagem, e a ruptura, a última fase. (PAUGAM, 1991, p. 10)

Assim sendo, pode-se afirmar que a desqualificação social, junto à fragilidade, à dependência e à ruptura, são processos que atingem a vida das pessoas que vivem em situação de rua, tendo em vista que a fragilidade está relacionada ao desemprego, à perda de moradia e dificuldade de inserção social; a dependência refere-se ao fato de que muitas pessoas que moram nas ruas e que utilizam os serviços socioassistenciais como respostas às suas necessidades, tornam-se dependentes desses serviços por acharem que não há outra saída; e a ruptura trata-se da última fase do processo onde o indivíduo é afetado por todos os problemas relacionados à falta de moradia, desemprego, perdas de contatos familiares e sente-se um ser inútil diante da sociedade, deixando de sentir-se um ser social.

É notável, na sociedade brasileira, um significativo aumento da população que, por vários motivos, passa a habitar as ruas das grandes cidades. Trata-se de uma multiplicidade de fatores que envolvem desemprego, rompimento com vínculo familiar, dependência química, violência doméstica, física ou sexual, abandono familiar entre outros.

Nesse âmbito, ao analisar a realidade brasileira, percebe-se que há uma fragilidade das redes de proteção social e políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, uma vez que são insuficientes e incapazes de interferir na redução do número de pessoas morando nas ruas. Não são poucas as vezes em que pessoas envelhecem nas ruas por não terem a devida e eficaz proteção social, o que agrava ainda mais essa questão.

Na perspectiva de aprofundar os conhecimentos acerca da referida população, o presente estudo tem por objetivo analisar a efetividade das políticas

públicas voltadas para pessoas em situação de rua no Centro Pop Anil na perspectiva da Política Nacional para População em Situação de Rua.

De acordo com a definição do objeto e dos objetivos que se propôs alcançar, considera-se necessário apreender, de modo mais profundo, a realidade investigada, através da construção de um espaço de diálogo e reflexão junto às pessoas em situação de rua, no que tange as questões referentes às suas vidas.

Desse modo, utilizou-se na realização desta pesquisa, o método do materialismo histórico dialético, a partir do qual se descreve a realidade sem perder de vista a história e os elementos que interferem no fenômeno estudado; incluindo o princípio de que os fatos não ocorrem por acaso, tudo faz parte de contextos históricos. Além disso, o materialismo histórico dialético possibilita a compreensão das relações contraditórias existentes na sociedade e totalidade das relações que a conformam.

Segundo Bourdieu (1999), a pesquisa é uma atividade racional e não mística, portanto, não devemos esconder suas falhas, dificuldades e reconstruções, pois neste processo é preciso se expor e expor o percurso de construção do objeto, tendo em vista que este interfere no resultado final da pesquisa. Sendo assim, a mesma é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco por retoques sucessivos, construídos e reconstruídos.

A pesquisa tem como fio condutor uma abordagem qualitativa, tendo em vista que a dimensão qualitativa permite refletir sobre a complexidade da questão através da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, entre a percepção e a explicação.

O método para a produção do conhecimento assume um caráter fundamental e deve permitir um desvendamento do fenômeno em estudo, permitir que se descubra por trás da aparência o fenômeno tal como ele é, e mais, o que o determina Marx (1988). Assim, a pesquisa busca apropriar-se da essência dos fenômenos, permitindo que o pesquisador supere a visão caótica do real em sua aparência, recompondo-o como totalidade rica de determinações e relações.

Compõem a metodologia, métodos e técnicas que precisam ser coerentes com a finalidade que se almeja alcançar (MINAYO, 2008). Nesse sentido, cabe destacar que o materialismo histórico dialético, método utilizado para interpretar a pesquisa, permite a compreensão das relações contraditórias existentes na sociedade uma vez que se propõe a captar a vida social em sua totalidade a partir

de seu movimento contraditório de transformações, apontando que é necessário partir do real, do concreto, da visão caótica do todo.

Nessa perspectiva, considerou-se importante compreender o objeto em sua totalidade, em suas relações com o contexto social no qual está inserido, superando a visão limitada e aparente do real ao recompô-lo como totalidade rica de determinações, visto que “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações” (MARX, 1988, p. 14).

Ainda segundo Marx (1988), a realidade não é estática, mas dialética e em transformação pelas suas contradições internas. Essa relação antagônica, de exploração de uma classe sobre outra, é resultante do modo de produção capitalista. Pela complexidade do objeto desta pesquisa – a população em situação de rua – considerou-se o método marxiano adequado, na medida em que se possibilita compreender melhor as contradições da sociedade capitalista.

No estudo foram realizados dois momentos complementares: a pesquisa teórica e a pesquisa empírica, tendo em vista que teoria e prática não representam dois lados opostos do conhecimento, pelo contrário, são complementares. De acordo com a perspectiva marxista, a vinculação entre a teoria e a prática é essencial, pois o conhecimento acerca do objeto de estudo envolve ambas as categorias. Portanto, foi pertinente neste estudo a articulação entre a teoria e prática, visando ultrapassar as barreiras do aparente.

No primeiro momento, o desenvolvimento deste estudo tem como alicerce a pesquisa teórica, tendo por objetivo pesquisar as diferentes contribuições teóricas de autores que abordam o objeto em questão. Esse referencial é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, pois é a base da fundamentação teórica do tema estudado.

Nesse sentido, a pesquisa teórica envolveu a revisão bibliográfica visando não apenas a melhor apreensão teórica do objeto, mas também a compreensão de categorias teóricas como: população em situação de rua, exclusão social, questão social, pobreza e direitos que fundamentarão o estudo. Fez-se a revisão de bibliografias, referências complementares, pesquisas de trabalhos de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA no Centro de Documentação e Informação em Lutas Sociais e Serviço Social - CDLUSS, análises de pesquisas realizadas em outros estados brasileiros a respeito da

população em situação de rua, artigos científicos e trabalhos que abordam a temática, visando ampliar a fundamentação teórica do objeto de estudo.

Realizaram-se também pesquisas em jornais, sites, reportagens nacionais e locais, relatórios institucionais (mensais e quadrimestrais) produzidos no Centro POP – Anil, análise do levantamento sobre a população adulta em situação de rua no município de São Luís realizado pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS, bem como registros fotográficos dos trabalhos produzidos pelos usuários e a estrutura física da instituição.

Dada a compreensão de que para a concretização do objetivo final desta pesquisa não basta apenas desenvolver a revisão bibliográfica, conclui-se que é preciso dar voz aos atores envolvidos nesse processo, a população adulta em situação de rua atendida no Centro POP – Anil. Dessa forma, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas, observação participante e o registro em diário de campo.

O segundo momento engloba a pesquisa empírica com o intuito de possibilitar uma aproximação direta com a realidade social do objeto de estudo. Durante o processo de realização da mesma, a relação dinâmica entre o pesquisador e o objeto é crucial, haja vista que a realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer discurso teórico ou político que se tente explicá-la (MINAYO, 2008).

Delimitaram-se como sujeitos da pesquisa, um total de 05 profissionais: 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 pedagoga e 02 educadores sociais. Estabeleceu-se como critério a seleção de profissionais que atuam há mais tempo na instituição e que fazem parte da equipe multidisciplinar do Centro Pop Anil. Para garantir proteção e confidencialidade na divulgação dos resultados, a identificação dos sujeitos da pesquisa foi feita por meio de codinomes de letras do alfabeto. Ressalta-se que não foi possível entrevistar todos profissionais em função da incompatibilidade de horários e indisponibilidade por parte destes para participarem da pesquisa.

Também foram entrevistadas algumas pessoas em situação de rua que são acompanhados pelo Centro Pop Anil. É importante frisar que no período que se realizou a pesquisa empírica, nos meses de setembro e outubro de 2016, a maioria das atividades com os usuários não estavam sendo executadas de forma pontual devido ao desaparecimento da bomba de água. Portanto, o critério de escolha dos

05 usuários entrevistados se deu de forma aleatória na medida em que eles se deslocavam ao Centro para adquirir a senha do almoço. Dessa forma se constituiu o universo da pesquisa.

Em relação à quantidade dos entrevistados, Minayo (2008) afirma que o pesquisador deve preocupar-se com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas. Para ter uma aproximação com o objeto de estudo, primeiramente houve um momento de apresentação das pesquisadoras onde foi possível expressar os objetivos da pesquisa aos usuários.

Sobre a entrevista, Bourdieu (1999) ressalta que é uma relação de troca e revelam-se as estratégias que o pesquisador utiliza para fazer com que o pesquisado aceite participar da pesquisa. Para tanto, é necessário um intenso trabalho de interação entre o pesquisador e o pesquisado; e o pesquisador deve ser capaz de criar estratégias para que o pesquisado aceite participar da entrevista da melhor forma possível, sem constrangimentos para ambos.

Com a intenção de criar uma relação de confiança e familiaridade entre as pesquisadoras e os usuários, as entrevistas foram realizadas com uma linguagem de fácil compreensão, buscando estabelecer uma aproximação com o entrevistado de forma simples, espontânea e confiante, para que este pudesse expressar suas respostas com liberdade e conforto.

É interessante ressaltar neste percurso metodológico que tanto os usuários quanto os profissionais entrevistados receberam bem o “convite” para participar da pesquisa, mostrando-se interessados pelo assunto e dispostos a expressarem suas opiniões e experiências sobre o trabalho executado pelo Centro POP. Desse modo, como sugerido por Gil (1987), houve um clima de cordialidade e simpatia para que o entrevistado se sentisse absolutamente livre de qualquer coerção, intimidação ou pressão.

Percebe-se que a metodologia ocupa lugar central na pesquisa, pois ela define o caminho do pensamento que o objeto de estudo requer através da apresentação adequada do método, técnicas e instrumentos operativos que são utilizados para as buscas relativas às indagações no decorrer da pesquisa (MINAYO, 2008). Portanto, neste estudo, a teoria e a metodologia caminham juntas e vinculadas; visto que ambas são indispensáveis para a pesquisa.

Assim, corroborando com Minayo (2008), menciona-se que é importante também que o pesquisador tenha potencial criativo, ou seja, que ele tenha a

capacidade de ser criativo no decorrer da pesquisa, pois tal criatividade corresponde à sua capacidade de análise e síntese teórica e principalmente do grau de comprometimento com o objeto em estudo.

A partir da aproximação com a realidade do trabalho executado pelo Centro Pop Anil, foi possível analisar a efetivação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua bem como compreender as múltiplas determinações que produzem e sustentam essa situação, as quais serão tratadas no decorrer dos capítulos.

O estudo está sistematizado e estruturado em quatro capítulos. Na primeira seção é feita uma contextualização histórica da população em situação de rua no Brasil, tendo em vista que desde o período pré-industrial já se registrava um número significativo de pessoas vivendo em situação de rua na sociedade europeia que se acentua após a industrialização.

O primeiro momento do trabalho tem como enfoque principal o surgimento e o agravamento da população em situação de rua no contexto das transformações promovidas pelos processos de urbanização e industrialização no Brasil. Além disso, no primeiro capítulo busca-se ainda uma aproximação teórica e conceitual para definição da população nesta situação, levando em consideração a sua heterogeneidade e complexidade. Para compreender o mundo e a realidade vivida por esse segmento, explica-se como se dá o processo de realização, bem como suas implicações sociais, os motivos que levam àquela condição e às estratégias de sobrevivência.

Na segunda seção contempla-se a discussão sobre a garantia de acesso aos direitos da população em situação de rua através das políticas públicas, analisando suas fragilidades, seus limites, desafios e possibilidades. Apresenta-se ainda, neste capítulo, os marcos e documentos legais que contribuíram e fortaleceram os direitos da população em situação de rua. Também se analisam os dados apontados na Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no Brasil, referentes à caracterização socioeconômica desse segmento.

Na terceira seção, aborda-se a sistematização e análise dos dados da pesquisa obtidos através da aproximação com o universo pesquisado. Deste modo, descreve-se um breve histórico do Centro POP- Anil, tendo como objetivo caracterizar a estrutura que o mesmo oferece para realizar o trabalho junto à população em situação de rua, bem como analisar de forma crítica e mais

aprofundada o trabalho que é desenvolvido pela equipe multidisciplinar no Centro Pop sob o viés da Política Nacional para População em Situação de Rua.

A pesquisa empírica foi realizada com base na observação participante, entrevistas semi-estruturadas - aplicada com os profissionais da instituição e população adulta em situação de rua - (Vide apêndices A e B), registros de informações e diário de campo. No tocante às entrevistas, é importante destacar que foi utilizado um Termo de Consentimento (Vide Apêndice C), com os entrevistados, onde os mesmos autorizam a utilização de seus depoimentos como caráter documental afim de fundamentar a pesquisa. Todos esses instrumentos e técnicas foram utilizados para contribuir com o objetivo geral desta pesquisa. Nesse sentido, considera-se que a pesquisa em questão faz parte de um processo de reflexão acerca da problemática que implica a renovação das expectativas sobre o conhecimento da população em situação de rua bem como das políticas públicas voltadas para esse segmento.

Por fim, apresentam-se algumas considerações julgadas pertinentes a esta pesquisa.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: uma expressão da desigualdade social

A organização da vida em sociedade, bem como as condições históricas de cada conjuntura social, determinou um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que se agravaram particularmente no momento em que as relações de produção estabelecidas no capitalismo definiram uma sociedade pautada na distribuição desigual da riqueza e na exploração da classe trabalhadora.

A desigualdade social existe na humanidade desde a Era Primitiva e sempre esteve inteiramente ligada à relação de poder. Para Marx (1988), essa desigualdade está atrelada ao capitalismo, pois este que visa o lucro através do acúmulo de capital e da exploração do trabalho, onde a classe dominante se utiliza da miséria gerada pela desigualdade como instrumento de domínio da classe trabalhadora, como uma espécie de ciclo.

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2000 a 2010 o Brasil diminuiu a desigualdade entre as regiões metropolitanas, principalmente entre o Norte e o Sul. Apesar disso, de acordo com o Relatório desta Organização, divulgado em julho de 2013, o Brasil é o terceiro país com pior índice de desigualdade no mundo.

Sendo assim o país ainda é muito desigual em todos os sentidos, pois em termos de renda, as diferenças são enormes dentro das próprias áreas metropolitanas tendo em vista que se encontra bairros com renda per capita média mensal de mais de 7 mil reais, e outros na mesma região onde ela não chega a 200 reais, ou seja, a renda é até 35 vezes maior.

Nos três quesitos levados em conta no IDH-D (educação, renda e expectativa de vida), a renda desigual entre a população, com 38% de perda, é o item que mais derruba o índice brasileiro - a desigualdade na educação e expectativa de vida têm perdas de 23,2% e 14,5%, respectivamente. Em relação à saúde, medida em expectativa de vida, tem diferenças de mais de dez anos dentro de uma mesma região. Os dados são do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, lançado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Fundação João Pinheiro e o PNUD.

Ainda segundo a ONU quase um terço da população vive com até meio salário mínimo per capita no Brasil. Em termos absolutos, são cerca de 49 milhões de pessoas. Também dentro do país as diferenças são acentuadas: no Nordeste, a

proporção de pessoas que vive com até um salário mínimo é de quase 51%, enquanto no Sudeste não chega a 18%. Os dados acima confirmam que o Brasil é um país.

De acordo com os dados, percebe-se que, nos últimos anos, apesar de alguns avanços na educação e programas de transferências de renda, o governo brasileiro não conseguiu evitar que a desigualdade se propague por gerações, principalmente nesse período em que vivemos uma grande crise econômica e social acentuada pela instabilidade política e sucateamento dos serviços públicos, isso resulta também no aumento do contingente de pessoas vivendo e permanecendo em situação de pobreza, como é o caso da população em situação de rua.

Constata-se que segundo a última Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada em 2007, foram identificados um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade social e supervalorização do capital em detrimento do respeito aos direitos inalienáveis do ser humano a “População em Situação de Rua” pode ser considerada como uma das mais dramáticas manifestações da questão social.

Lopes (2006) ressalta que a população em situação de rua é expressão da questão social na contemporaneidade. Na visão de Yamamoto (2005, p.77) a questão social pode ser definida como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Assim, ao fazer uma análise ampla sobre a temática, a autora explicita que a questão social está intrinsecamente ligada às conformações assumidas pelo trabalho e manifesta-se no campo das disputas de projetos societários que são apoiados em distintos interesses de classes, no que se refere às concepções e propostas de políticas econômicas e sociais.

Tendo em vista o processo econômico em curso, nota-se que as manifestações da questão social têm se agravado. Isso gera o aprofundamento da pobreza em face da escassez de políticas públicas no âmbito da saúde, moradia, segurança, educação e assistência social, para grande parte da população.

Snow e Anderson (1998) apontam que em 1980 já havia um número significativo de pessoas moradoras de rua nos centros urbanos americanos, e a estimativa era de cerca de 250.000 até mais de 3.000.000 de pessoas sobrevivendo nesta situação. Sendo assim, a presença da população em situação de rua nas cidades pré-industriais da Europa já era registrada e dividia-se em cinco categorias: mendigos, vadios, vadios itinerantes, andarilhos e população da zona marginal.

Nas cidades pré-industriais da Europa, os moradores de rua eram pessoas empobrecidas e organizacionalmente sem vínculos, caracterizadas como “populações flutuantes” e tinham como meio comum de subsistência à prática da mendicância que, às vezes, era combinada com roubo e prostituição.

Segundo Snow e Anderson (1998), neste período, as tradições populares enfatizavam a importância de oferecer hospitalidade aos itinerantes necessitados ou aos destituídos. Essas duas tendências amenizaram os estigmas sobre as pessoas em situação de rua, tendo em vista, que na sociedade pré-industrial a pobreza era idealizada, pois segundo os autores, alguns religiosos ensinavam que “os mendigos eram santos, e os santos deveriam viver como mendigos”.

A existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira: isso revela a contradição inerente ao modelo econômico vigente, que produz a riqueza para a minoria e a pobreza para a maioria. A visão do autor corrobora com o pensamento de Marx (1988, p.117) quando este afirma que:

As relações de produção nas quais a burguesia se move não têm caráter uno, simples, mas um caráter dúplice, que nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria, que nas mesmas relações onde há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão [...]

Sendo assim, como produto de um sistema desigual com caráter dúplice, pessoas que moram nas ruas se encontram em situação de miséria, alijadas da vida produtiva, marcadas por trajetórias conturbadas, pelo preconceito, sem acesso às condições mínimas de sobrevivência, pela violência que muitas vezes os conduz à rua e depois continuam se perpetuando em seu cotidiano.

É nesse sentido que, segundo Castel (1998) as pessoas em situação de rua são “sobrantes” na sociedade uma vez que são excluídas em decorrência da conjuntura social e econômica do país. Por tais razões, essas pessoas são

caracterizadas como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes e desiguais, sendo fruto da forma histórica da organização social.

A condição de pobreza extrema dificulta o acesso dessas pessoas aos seus direitos, posto que se vive em uma sociedade onde os indivíduos são tratados conforme um paradigma que estabelece quais são os sujeitos de direitos, muitas vezes pautados no poder financeiro. Todos esses agravantes contribuem para que a população em situação de rua seja discriminada e estigmatizada pela sociedade, tendo como consequência o seu não reconhecimento como sujeitos de direitos, além de carregarem o estigma da invisibilidade social.

O aumento e a permanência dessa população em situação de rua são reflexos da destituição dos seus direitos e, por vezes, essas pessoas são tratadas com discriminação nos serviços públicos – de onde deveriam receber retorno às suas demandas – devido às suas condições de vida e inclusive, pela sua aparência.

Além disso, de acordo com Lopes (2006), as políticas públicas que visam responder a demandas (principalmente dos grupos sociais excluídos) não são suficientes para atender as grandes necessidades da população em situação de rua que vive em condições subumanas e não têm a devida cobertura dos serviços públicos em geral.

A população em situação de rua é fruto de uma cultura enraizada no desenvolvimento do país. Assim sendo, é evidente que a existência desse segmento populacional não pode ser ignorada ou deslocada da construção histórica da sociedade. Portanto, contextualizar a trajetória histórica dessa população, desde a sua origem até o agravamento da situação com o surgimento do capitalismo, é de suma importância para a compreensão da raiz do problema e do processo de exclusão e pobreza ao qual são submetidos.

2.1 Contextualização histórica da população em situação de rua no Brasil

Nas cidades brasileiras, é comum a presença desses sujeitos nas ruas, avenidas, praças, terminais, casarões abandonados e logradouros públicos ou pernoitando em instituições como albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas. Essas pessoas vivem em condições de extrema vulnerabilidade, sob os olhos de toda a sociedade no cotidiano da vida urbana e parecem ter sido incorporadas à paisagem natural. Tem-se a impressão de que estamos diante de

uma problemática inteiramente nova, mas, na verdade, estamos apenas diante de uma nova fase do capitalismo contemporâneo.

Iamamoto (2013) afirma que a questão social é expressão ampliada das desigualdades sociais, sendo parte constitutiva do capitalismo e resultado das relações sociais capitalistas, que em cada época histórica assume perfis e expressões particulares. Portanto a questão social não é uma consequência natural da sociedade humana, mas sim uma reação às desigualdades impostas pela ordem social capitalista. Para Netto (2001, p.48) inexistiu qualquer nova “questão social” e sim:

A emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser.

Nessa perspectiva, a prática de morar na rua se caracteriza como uma manifestação mais complexa da questão social, devido à intensificação da exploração na qual o capitalismo se instaura, se desenvolve. Segundo Castel (1998), desde a Antiguidade já era registrada a presença de grupos de mendigos na sociedade que viviam à espera da caridade pública e eram excluídos do mundo organizado.

Portanto, salienta-se que população em situação de rua é uma antiga expressão da questão social, porém no contexto atual encontra-se de forma redimensionada, assumindo particularidades e especificidades conforme a sociedade a qual se analisa no cenário contemporâneo, dando origem aos chamados “novos sujeitos”, “novos usuários”, cujas necessidades não foram superadas e permanecem até os dias atuais, só que de forma mais aguda e alienada.

Evidencia-se que a pobreza não se reduz a uma questão meramente econômica, constituindo-se também em um parâmetro de avaliação social. Nesse contexto, a população em situação de rua – que evidentemente se encontra em um quadro de extrema pobreza – tem seu lugar social demarcado, sendo por isso estigmatizada pela sociedade.

Nessa direção Telles (1990, p.18) discute a pobreza como:

Mais do que uma situação econômica, a pobreza qualifica-se como uma experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os

parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E, nesse caso, a condição de pobreza é sempre passível de se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que constrói as figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão.

No início dos anos 1900, com o surgimento da industrialização, uma grande massa de trabalhadores foi submetida à sobrevivência nas ruas devido aos trabalhos instáveis, escassez da mão de obra, baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. O processo econômico-social excluiu esses trabalhadores dos trabalhos regulares e os transformou em pessoas destituídas de moradia, já que com isso passaram a habitar e sobreviver nas ruas.

Destaca-se que na década de 1980, a sociedade passou por profundas transformações sociais, econômicas e institucionais que apontam para uma nova ordem social com muitas dificuldades e perplexidades. Hobsbawm (1995, p.541) explana que este momento histórico foi uma verdadeira “desordem global”, representando não só a profundidade e complexidade da crise mundial, mas também o aparente fracasso dos programas, velhos e novos, que controlavam os problemas da raça humana.

As intensas mudanças causadas pelos impactos de novos processos produtivos e tecnológicos atingem o mundo do trabalho não apenas nos países da periferia do capitalismo, mas também nos países capitalistas centrais, onde também havia a presença expressiva de pessoas em situação de rua.

Diante desse contexto, percebe-se que na década de 1980 já existia uma parcela significativa de pessoas morando nas ruas das grandes metrópoles. Nessa perspectiva, Rosa (2005) destaca que essa questão faz parte do contexto social contemporâneo, resultado de um processo econômico-social contraditório, que envolve demandas sociais não equacionadas no passado e que foram se agravando diante das novas determinações da crise do capitalismo em escala internacional.

Neste período, o desemprego foi um dos fatores que levou as pessoas a ocuparem as ruas como espaço de moradia, pois a maioria não tinha onde residir. A presença de habitantes nas ruas começou então a ficar mais heterogênea.

Albuquerque e Fraga (2006) apontam que no início do século XX, a população que vivia nessa situação no Brasil, era formada por negros remanescentes de famílias escravas, escravos libertos e seus descendentes vindos

das áreas rurais que buscavam atividades na zona portuária e imigrantes que inflamavam o espaço urbano.

Costa (2009) menciona que os moradores de rua eram percebidos como indivíduos excluídos da ordem social vigente e, além disso, eram estigmatizados de vagabundos devido à ausência de trabalho e de pertencimento à comunidade. Neste sentido, define-se “vagabundo” como “[...] pessoas ociosas, preguiçosas, pessoas que não pertencem a um senhor, pessoas abandonadas, pessoas sem domicílio, ofício e ocupação. São o peso inútil da terra”. (CASTEL, 1998:121).

Diante desse contexto, enfatiza-se que desde o século XVI, a população em situação de rua já era subjugada pessoal e socialmente, sendo definida a partir de estereótipos estabelecidos pela sociedade, com difícil perspectiva de mudança social. Nota-se também que essas pessoas representavam uma ameaça da qual a sociedade precisaria livrar-se, pois significavam uma afronta à “formalidade”, a “boa ordem” social e, por isso, eram invisíveis socialmente.

No século XVIII houve a transição do Brasil para a ordem capitalista. Este período foi marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas que impactaram diretamente nas relações sociais. Em decorrência dessas mudanças, o processo de produção e a emergência do trabalho assalariado, reorganizaram a sociedade em moldes capitalistas de produção e reprodução, dividindo-a em classes sociais, provocando interesses antagônicos.

No contexto do modo de produção capitalista, os camponeses e produtores rurais foram privados de suas terras e compelidos a vender sua força de trabalho no mercado em formação, como sua única mercadoria. Dessa forma, era necessária a extinção do modo de produção feudal e a destituição dos camponeses e proprietários rurais de todas as garantias e seguranças oferecidas pela instituição feudal para então transformá-los em trabalhadores assalariados. Percebe-se que os artesãos, além de terem suas terras expropriadas, foram obrigados a se submeterem ao trabalho assalariado.

Em contrapartida, os indivíduos que não foram absorvidos pela produção capitalista deram origem ao pauperismo que Marx (1988, p. 747) considera como “asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. Conforme o autor, esses indivíduos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias (MARX, 1988 apud SILVA, 2009, p.95). Segundo Costa

e Maia (2000), esses sujeitos pertencem ao exército industrial de reserva, e Marx os define como:

Camada social composta de trabalhadores ocasionais desempregados, pessoas que perderam sua condição de existência, a venda da força de trabalho, incapacitadas de trabalhar e que vegeta na base da caridade pública (MARX apud SILVA, 2009, p.97).

Neste bojo, Marx (1988) explana que o modo de produção capitalista assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente, visto que trouxe como consequência a exploração acentuada, a pauperização e a expropriação dos artesãos. Então, com a implantação do capitalismo, diversas questões socioeconômicas agravaram-se, tais como desemprego e falta de moradia, entre outras, advindas deste modo de produção excludente.

Quando o modo de produção capitalista se tornou organizado e independente, a formação de uma superpopulação relativa passou a ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades da acumulação do capital. Assim, a produção e reprodução da população em situação de rua, são imanentes ao processo de acumulação do capital, sendo constituinte do chamado exército industrial de reserva que é tão necessário para a reprodução do capitalismo.

Portanto, a criação de uma superpopulação relativa, que ultrapasse as necessidades médias de expansão do capital, torna-se ao mesmo tempo produto e condição para sua acumulação e, inclusive, culmina para existência do modo de produção capitalista. Segundo Lopes (2006, p.51) o exército industrial de reserva assume três fases cíclicas:

População flutuante, que são trabalhadores ora atraídos ora repelidos pelo mercado de trabalho, nos grandes centros industriais; *população latente*, que são trabalhadores que migram da zona rural para as cidades em decorrência da repulsão, sem contrapartida da atração, provocada pela acumulação do capital que funciona da agricultura; *população estagnada*, que é uma parte do exército industrial em ação, porém ocupam cargos (grifo do autor).

Tendo em vista as fases cíclicas mencionadas por Lopes (2006), a população em situação de rua pode se caracterizar pelas formas: flutuante, latente e estagnada da superpopulação relativa, pois suas características e perfis possibilitam associá-la ao *lumpen-proletariado*¹ por fazerem parte da classe trabalhadora que se

¹Categoria definida por Marx e Engels (1976), como uma camada social composta por trabalhadores ocasionais desempregados, pessoas com incapacidade de trabalhar, vagabundos, sendo consequência da acumulação capitalista e dos seus processos excludentes.

encontra no pauperismo; é apta para o trabalho, porém não é absorvida pelo mercado, ou no exército industrial de reserva na forma de superpopulação relativa *estagnada*, que sobrevive do trabalho precarizado.

No Brasil a maior parte da população em situação de rua vivencia a condição estagnada, pois representam a parte da classe trabalhadora ativa, mas em ocupações irregulares, praticando trabalhos informais e precários, como: engraxates, vigias e lavadores de carro, catadores de lixo, entregadores de compras e também trabalham como “ajudantes” em alguns estabelecimentos, como feiras e restaurantes, entre outras ocupações, principalmente no setor não organizado².

Com base nessas considerações, pode-se inferir que a população em situação de rua é resultante de múltiplas determinações imediatas e se manifesta de forma expressiva na sociedade brasileira. As condições histórico-estruturais que deram origem e reproduzem a população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram a sua acumulação, resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais.

Em razão dessas transformações tem-se o desemprego estrutural, precarização e diminuição do trabalho e dos empregos, excluindo assim grande parte da classe trabalhadora. No Brasil, as difíceis conjunturas econômicas das décadas de 1970 e 1980 deixaram parcelas significativas de trabalhadores à mercê de alterações no mundo do trabalho, que ficaram sem alternativas para dar conta de reverter a situação.

Lopes (2006, p. 201) menciona que o capitalismo contemporâneo reflete duas características que são agravantes para a permanência e aumento de pessoas em situação de rua, quais sejam: o desemprego estrutural e o aprofundamento das desigualdades sociais. A autora ressalta outra tendência em curso: o crescimento de uma superpopulação relativa excedente à necessidade média do capital, onde vai surgir um número cada vez maior de pessoas em situação de profunda espoliação da vida e das condições humanas de sobrevivência; em função disso, multiplica-se a quantidade de pessoas habitando as ruas.

²Sobre setor não-organizado considera-se a visão de Pochmann, que distingue duas dimensões ocupacionais: Caracteriza o setor organizado como os postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente os empregos regulares assalariados e o segmento não-organizado como as formas de ocupação mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista.

Muñoz (2006) explana que, historicamente, pode-se perceber que desde o início existe uma relação entre as conjunturas econômica e política e as pessoas em situação de rua, visto que essa população foi sendo constituída ao longo da história, sofrendo as influências e reveses do sistema econômico, pois à medida que os anos passavam, as conjunturas socioeconômicas e políticas se transformavam, produzindo novos impactos e favorecendo a ampliação e a heterogeneidade dos grupos que vivem em situação de rua.

2.2 Casa e rua em um só território: espaço de cidadania e desigualdades sociais

A rua têm se constituído como espaço de moradia e sobrevivência para a população em situação de rua. Tal prática vem se tornando cada vez mais perceptível aos olhos da sociedade e isso vem acontecendo devido à falta de oportunidade de emprego, ao consumo de substâncias psicoativas, aos diversos tipos de violência (doméstica, física, psicológica e/ou sexual), conflitos familiares, vínculos familiares e comunitários fragilizados entre outros motivos.

Segundo Moreno (2005, p.42), a rua pode ter dois sentidos:

O de se constituir num abrigo para os que, sem recurso, dormem circunstancialmente sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardim ou pode constituir-se em um modo de vida, para os que já têm na rua seu habitat e que estabelecem com ela uma complexa rede de relações.

Ainda segundo a autora, é possível identificar situações diferentes em relação à permanência nas ruas:

a) *Ficar na rua*: reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em albergues. Pode ser fruto do desemprego, especialmente na construção civil, quando, junto com o trabalho, se perde a moradia no alojamento da obra. Há também os que, recentes na cidade, conseguem emprego e não têm para onde ir.

b) *Estar na rua*: expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência. Procuram empregos ou fazem bicos. Podem conseguir trabalho em outras cidades ou estados, aliciados por empreiteiros. Começam a frequentar lugares de distribuição de comida gratuita e instituições assistenciais. Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentado-se como desempregados.

c) *Ser da Rua*: A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares. A rua passa a ser lugar de referência e espaço de suas relações sociais, sendo limitadas suas condições de higiene e alimentação, fazem uso frequente de drogas lícitas ou ilícitas e sofrem um processo de depauperamento físico e mental em função de má alimentação, precárias

condições de higiene e pelo uso constante de drogas lícitas ou ilícitas. (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1994, p.93, grifo do autor).

Logo, temos ficar na rua - *circunstancialmente*; estar na rua - *recentemente*; e ser da rua - *permanentemente*. Essas situações podem ser dispostas num *continuum*, tendo como referência o tempo de rua e à proporção que aumenta o tempo, a condição de pessoa em situação de rua pode vir a se tornar estável. Então, o que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua.

É importante elucidar que a rua se constitui como ambiente público e coletivo de livre acesso a todas as pessoas, além de funcionar como espaço (lugar de competição do mercado), ao mesmo tempo em que é cenário de profundas desigualdades sociais retratadas pelas pessoas que vivem em situação de rua ou moram em espaços degradantes e são vitimadas pela pobreza, pela quebra de vínculos familiares, pelo consumo de álcool e outras drogas e pelo desemprego em massa.

Neste sentido, afirma-se que a rua possui um caráter dual, pois ao mesmo tempo em que funciona como espaço das relações competitivas que visam à expansão do capitalismo, é também um lugar que retrata a miserabilidade e a precariedade, servindo de habitat inóspito para as pessoas que não usufruem de determinados direitos, especialmente o direito à moradia e ao trabalho. Essas são mazelas que atingem grande parte da população brasileira, mas afetam de forma ainda mais incisiva a população em situação de rua dada à particularidade da situação em que se encontram.

Segundo Da Matta (2000), embora alguns indivíduos tentam manter uma única conduta ética nos dois espaços, a população em situação de rua opera a dualidade entre casa e rua, onde existe o englobamento da rua pela casa. Desta forma, as relações sociais, necessidades fisiológicas, alimentação e ações pessoais, que antes eram privadas, passam a ser públicas, nas ruas da cidade sob o olhar dos transeuntes. Isto reforça a compreensão de que a rua passou a ser “casa”, pois ela deixa de ser um “espaço público” e passa a conformar dimensões “privadas”.

Além disso, percebe-se que as caracterizações da pessoa que vive em situação de rua mudaram, pois a população que hoje ocupa logradouros públicos, ruas, praças, terrenos e imóveis abandonados não correspondem mais à figura do andarilho ou do mendigo tradicional que pedia esmolas nos centros urbanos. São

trabalhadores desempregados ou subempregados, pessoas que sofreram algum trauma na família, dependentes químicos, homossexuais, deficiente físico ou intelectual e que tiveram seus direitos desatendidos, que romperam com os vínculos familiares, e que se juntam a outros que perderam suas casas, e outros tantos que, sem esperança, aguardam respeito e cuidados.

Dessa forma, a população em situação de rua é caracterizada por suas particularidades, historicidade e heterogeneidade o que leva essas pessoas a serem designadas por uma variedade de expressões e tipologias resultando na indefinição conceitual em relação a esse público. Rosa (2005) ressalta em sua obra que essa heterogeneidade pode ser analisada por meio da diversidade de expressões empregadas ao longo das três últimas décadas, utilizadas para nomear as pessoas que vivem em situação de rua. Neste sentido, ela aponta algumas dessas denominações nas décadas de 1970 à 1990, revelando as suas diversas formas de expressões do seguinte modo:

Quanto à forma de morar: as denominações variavam de acordo com os locais que as pessoas ocupavam como: praças, marquises, logradouros públicos, e/ou albergues. Eram denominados de *desabrigados, encortiçados, homeless, moradores de rua, maloqueiros, favelados*.

Quanto à forma de trabalhar e/ou sobreviver: as pessoas em situação de rua sobreviviam trabalhando em atividades precárias específicas de rua, como: *catar lixo nas ruas, catadores de papel, encartadores de jornais, mendigar, garis*. Neste caso, as expressões para designar as pessoas em situação de rua variavam de acordo com as estratégias de sobrevivência que elas utilizavam.

Quanto à origem e ao deslocamento: as pessoas em situação de rua passaram a se deslocar da sua cidade de origem para outras cidades, geralmente se deslocavam a pé de uma cidade para outra e ficavam concentrados em certos locais e bairros. Eram denominados de *andarrilhos, itinerantes, migrantes, nômades, população flutuante, trecheiros*.

Quanto à saúde e à aparência: neste aspecto as pessoas em situação de rua eram denominadas de acordo com suas condições de saúde e aparência física. É importante destacar que as expressões utilizadas para designar a população de rua eram alicerçadas nos estigmas e preconceitos.

Quanto ao atendimento social de órgãos públicos e organizações não-governamentais: neste grupo, as pessoas em situação de rua eram denominadas de acordo com o atendimento social em determinadas instituições públicas e organizações não-governamentais onde recebiam o mínimo para suprir suas necessidades imediatas como: banho e refeições. As instituições mais procuradas por essa população eram os albergues e abrigos. Neste sentido, as pessoas em situação de rua eram chamadas de: *albergados, carentes, desassistidos e sofrendores de rua*. (ROSA, 2005, p. 45-46, grifo do autor).

É de grande relevância que o fator da heterogeneidade seja levado em consideração nos estudos referentes a essa população uma vez que ela faz parte de cada pessoa que vive em situação de rua e que se diferencia em cada uma delas.

Dentro dessa população existem vários grupos heterogêneos que se diferem no modo de agir, nos motivos que levaram a essa situação, nas opiniões, no tempo de vivência nas ruas, na orientação sexual, na faixa etária, nos meios de sobrevivência e no modo de pensar.

Autores como Escorel (1999) e Rosa (2005) apresentam interpretações sobre esta população e afirmam que existe uma distinção entre os grupos de “moradores de rua” e “pessoas em situação de rua”. A terminologia “morador de rua” esconde uma heterogeneidade importante de formas e estilos de vida da população, pois existem várias “situações” diferentes em relação à permanência na rua as quais precisam ser dimensionadas e consideradas como aquelas classificadas por Vieira, Bezerra e Rosa (1994): *ficar, estar e ser da rua*.

Já “pessoas em situação de rua” visa, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas além da heterogeneidade e, de outro lado, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível e não através de uma falta ou carência - de casa ou local de moradia fixa (MAGNI, 1994; SCHUCH, 2007).

O conceito de pessoas em situação de rua aponta o enrijecimento de uma categoria explicativa, visto que “moradores de rua” esconde a pluralidade dos usos e sentidos dela. O reconhecimento da não homogeneidade de situações revigora a mobilização em torno de seu conhecimento, assim como conduz a necessidades de formulação de projetos para seu atendimento mais adequado ao conjunto de situações enfrentadas.

Portanto, diante das inúmeras expressões utilizadas para designar este contingente populacional, destaca-se que, para este trabalho, optou-se pelo termo população em situação de rua por entender que designa um grupo populacional com características sociológicas e psicológicas heterogêneas, possuindo em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Além disso, são formalmente designados como “população em situação de rua” pela Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Para a utilização do termo “população em situação de rua”, ressalta-se também a explicação de Silva (2009) que considera essa expressão a mais apropriada para designar o fenômeno e a situação a que estão conduzidas parcelas

significativas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo capitalismo.

Além disso a “expressão população em situação de rua alude uma situação decorrente, em última instância, da estrutura basilar da sociedade capitalista e não apenas de perdas e infortúnios de indivíduos, uma condição social gerada pela produção capitalista no processo de acumulação do capital, mediante a produção de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à necessidade média de expansão do capital, uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados (SILVA, 2009, p. 137) Dessa forma, o importante é considerar que as pessoas que vivem em situação de rua possuem múltiplas realidades, cada uma com sua particularidade de vida.

2.3 Fatores que levam o indivíduo a situação de rua e suas estratégias de sobrevivência

Segundo Lopes (2005), existe uma multiplicidade de fatores que conduzem o indivíduo a situação de rua; entretanto, a autora afirma que os mais enfatizados pela literatura contemporânea são a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo.

Silva (2009) divide esses fatores em: *fatores estruturais*, associados à falta de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social; *fatores biográficos*, ligados à história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais - morte de todos os componentes da família, roubos de todos os bens ou fuga do país de origem); e ainda em *fatores naturais ou desastres em massa* causados por terremotos e inundações.

Segundo a presidente do núcleo Assistencial Anjos da Noite³, Kaká Ferreira, os principais motivos que levam essas pessoas para as ruas são situações de desemprego, perda de referência familiar e de sua casa, falta de instrução e baixa autoestima. A presidente completa ainda que a saída do sistema prisional e o uso de drogas, principalmente o crack, por ser barato, também levam homens e mulheres para as ruas. Certo é que o fenômeno não se explica em um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações, e podem ser fatores típicos de determinada localidade ou épocas específicas. Mas, vale ressaltar que, as causas estruturais desse problema são inerentes à estrutura da sociedade capitalista que está enraizada no contexto de uma produção contínua da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho; o que resulta na produção e reprodução da população em situação de rua.

Como afirmam Snow e Anderson (1998), algumas pessoas tornam-se moradoras de rua devido a desastres de massa como terremotos, inundações ou furacões, ou seja, por fatores naturais, como explica Silva (2009). Outros são moradores de rua porque o tipo de trabalho que fazem os obriga à migração perpétua. Alguns enfrentam o desabrigo quando fogem de seus países por razões políticas ou econômicas. E outros ainda confrontam o desabrigo quando mudanças econômicas e institucionais arraigadas os empurram para as ruas.

Neste sentido, cada um desses grupos vivencia algum grau de desabrigo, mas a natureza dessa experiência muitas vezes varia consideravelmente entre eles e as diferenças são notáveis entre os moradores de rua e suas circunstâncias. Percebe-se que a população em situação de rua ocupa os espaços públicos por motivos variados, não só apenas pela ausência de moradia permanente, convencional, mas também por uma ausência ou atenuação de apoio familiar e de papéis consensualmente definidos de utilidade social e valor moral.

A ruptura entre as pessoas que vivem nessa situação e seus familiares ou pessoas com as quais conviviam nem sempre é definitiva, irreversível; em geral se dá de forma processual e muitas vezes as famílias nem chegam a tomar conhecimento de sua situação. Eles conseguem viver na rua em segredo, sem

³ O Grupo Anjos da Noite, fundado em 1989, pelo Núcleo Assistencial a Caminho da Luz, tem por princípio atender, dentro de suas possibilidades, as necessidades das pessoas em situação de rua, visando resgatar os princípios básicos da dignidade humana, que só são possíveis se a sociedade se unir e chamar para si a responsabilidade da ação.

manter contato com familiares que os dão como desaparecidos ou mantendo contato com os mesmos e dizendo que estão dormindo em pensões.

Os conflitos familiares são um dos fatores que contribuem na saída do lar para as ruas. Essa decisão dependerá de como as relações sócio-afetivas se desenvolvem no âmbito familiar. Muitas vezes, as causas do conflito são geradas pela orientação sexual do indivíduo, pela dependência de substâncias psicoativas, alcoolismo, tráfico de drogas, violência doméstica, conflitos de valores ou até mesmo abuso sexual por parte de algum membro da família.

Existem ainda aqueles que são abandonados pela família por representarem um empecilho, um estorvo para os parentes. Dentre os quais estão os doentes mentais, alguns idosos e pessoas com deficiência. O desemprego e a falta de oportunidade de ingressar no mundo do trabalho é também um dos fatores que levam o indivíduo a situação de rua.

O “cair na rua” tem muitas vezes por pano de fundo a pobreza enfrentada cotidianamente no seio familiar e mais ainda, a vergonha que sentem por não conseguirem reverter essa situação, pois “os depoimentos dos próprios moradores de rua e algumas pesquisas indicam que o desemprego é um dos principais motivos que conduzem as pessoas a viverem nas ruas” (SCOREL, 1999, p.175).

Todos esses fatores podem resultar na rejeição, no abandono, na expulsão desses indivíduos de casa, e por não possuírem condições financeiras e psicológicas de se restabelecerem, de imediato, acabam morando nas ruas das cidades, ficando expostos a diversas mazelas sociais; o que agrava ainda mais o seu estado de vulnerabilidade.

Neves (1995) afirma que, muitas são as pessoas de baixa renda que se deslocam para as cidades mais desenvolvidas em busca de oferta de trabalho e melhores condições de vida, entretanto, a realidade pode ser outra, pois a inserção no mercado de trabalho, especialmente nos grandes centros urbanos, depende de alguns requisitos como escolaridade, profissionalização ou especialização em certos tipos de serviço, compatíveis com as necessidades urbano-industriais; documentação em ordem, cartas de referência e residência fixa.

Mesmo considerando que essa população é recrutada nas camadas mais baixas da população, não é somente no desemprego ou no pauperismo que se encontram as causas de sua existência, e sim nas próprias condições do modo de

produção capitalista que tem a inserção no mercado formal de trabalho como condição primordial para a inserção social.

De acordo com a Pesquisa realizada pelo MDS no I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua⁴, o tema “trabalho” aparece como central para a garantia de processos de inclusão e resgate da auto-estima, mas também é referido como uma das causas de vulnerabilidade dos sujeitos, quando estes explicam os motivos que condicionaram os processos de ida para a rua.

Percebe-se então que a inserção produtiva é de grande importância para as pessoas que vivem em situação de rua, pois o trabalho e a qualificação são considerados essenciais não só para a garantia de condições materiais de vida, como também para a recuperação da autoestima. Por outro lado, a pesquisa aponta que nos discursos sobre a questão do trabalho, há um sentimento de fracasso desses sujeitos por não terem conseguido ingressar no mundo do trabalho e por frustrar as expectativas dos familiares.

Os motivos pelos quais as pessoas passam a viver nas ruas são variados, mas há um entrecruzamento de questões de ordem econômico-social com razões de teor subjetivo, pois morar nas ruas implica um ciclo de perdas econômicas e afetivas que passam a compor um quadro de desestruturação do indivíduo. Diante das circunstâncias reais e cotidianas, onde a distância da família e a precariedade do trabalho mudam as rotinas de cidadãos comuns, o viver nas ruas é uma possibilidade próxima e concreta.

Percebem-se que as condições físicas e mentais, além da história de vida de cada um, também contribuem para o processo de ocupação nos espaços públicos. A realização é um doloroso processo de perdas: de emprego, de vínculos familiares e comunitários, de autoestima, de autonomia, de equilíbrio psíquico, de esperança de exercer a cidadania.

Em relação às estratégias de sobrevivência, Snow e Anderson (1998), afirmam que são respostas adaptativas à própria situação de desabrigo e às

⁴Com o objetivo de colher opiniões e estabelecer desafios e estratégias coletivas para a construção de tais políticas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), organizou e realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, nos dias 01 e 02 de setembro de 2005, em Brasília. O Encontro teve como objetivo geral discutir os desafios e estratégias para a construção das políticas públicas para a população em situação de rua, e contou com a participação de representantes de municípios - pertencentes aos governos municipais, entidades não-governamentais e representativas da população em situação de rua - especialistas no tema e representantes das Secretarias do MDS.

condições associadas da vida de rua. Os autores ressaltam que a compreensão da rua como modo de vida requer o entendimento da trajetória social dos seus moradores e das formas como usam a cidade, objetivando garantir a sua sobrevivência. Na visão de Vieira, Bezerra e Rosa (1994) as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua, significam:

Uma ruptura com as formas socialmente aceitas de sobreviver, que se organizam em torno do princípio de que o mercado é o único caminho legítimo de se obterem os recursos indispensáveis à sobrevivência, ou seja, para morar, comer, vestir é necessário trabalhar. (p.97)

Então, de acordo com os autores, a população em situação de rua rompe com a forma padrão que a sociedade utiliza para garantir sua sobrevivência, que é através de um emprego formal uma vez que “eles tem o seu ritmo e seu tempo para batalhar a sua sobrevivência: a comida, o lugar de dormir, a venda de algum papelão, alguma ajuda das pessoas ou das instituições e utilizam outras formas de garantir seu sustento, tais como: mendicância, ajuda de instituições, prática de trabalhos irregulares e albergues.

A rua oferece ainda a possibilidade de realização de trabalhos informais com expedientes pequenos, sem hora para começar e terminar e sem uma pessoa para controlar o serviço. São exemplos dessas atividades o carregamento e descarregamento de caminhões, guarda e lavagem de carros, ajudantes em algum estabelecimento comercial entre outros.

Assim como morar na rua viola uma regra social de uso do espaço, a forma de sobrevivência dessa população subverte os padrões e valores de reprodução da sociedade capitalista, em que o trabalho aparece como a forma legítima de garantir o sustento.

Viver na rua não significa necessariamente viver sem dinheiro, mas em grande parte significa adquirir o essencial à sobrevivência sem estar formalmente inserido no mundo do trabalho. Não significa a eliminação do trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego, substituído por outras formas de trabalho, como “bicos”, coleta e venda de material reciclável. Portanto, esse segmento populacional se caracteriza pela irregularidade de emprego e de rendimento, desenvolvendo atividades intermitentes, que assumem a forma de trabalho informal.

2.4 A população em situação de rua e a violência urbana

No Brasil, a violência e a criminalidade violenta cresceram muito a partir de meados da década de 1980. A insegurança pública passou a se constituir um grande obstáculo ao exercício dos direitos de cidadania, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Além dos homicídios, milhares de pessoas perdem suas vidas no Brasil por outras causas.

Várias pesquisas têm demonstrado que o recrudescimento da violência e da criminalidade no Brasil tomou contornos perigosos, com repercussões das mais diversas na sociedade. “A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia” (Soares, 2004, p. 130).

Os mecanismos sociais que requerem elos sociais violentos sobrevivem do passado e se atualizam. Todos, sem exceção, foram educados nessa cultura de minimização física do outro. Nossa mentalidade nacional e nossa identidade estão impregnadas de violência. (Martins, 2007)

É preciso considerar, ainda, que o sistema de justiça criminal brasileiro (judiciário, polícias, sistema prisional) foi montado dentro de uma perspectiva punitiva e liberal que, historicamente, age de forma autoritária, privilegiando o patrimônio das elites sociais e econômicas, criminalizando a pobreza, limitando o acesso à Justiça de forma seletiva e excludente.

É importante ressaltar que outro fator preocupante no espaço urbano, além dos contrastes sociais, é a violência urbana contra a população em situação de rua, que tem aumentado nos últimos anos haja vista que registros oficiais confirmam que são submetidas à violência e crimes brutais. Segundo dados de jornais, sites e revistas, essa população está sendo assassinada e violentada em todo o Brasil, tendo como destaque homicídios, exploração sexual, espancamentos, além de serem queimados e até envenenados.

No espaço urbano é possível observar pessoas nas esquinas das cidades, nos cantos das lojas, em bancos de praças, isolados ou com grupos de pessoas, que debaixo de becos, casas abandonadas, tornando-se vulneráveis a consequências, como: fome, desemprego, descaso, estigmas sociais, preconceito, violência e discriminação. A cidade configura, portanto, a materialização das

desigualdades sociais, onde há uma concentração de pessoas extremamente ricas em detrimento de outras extremamente pobres.

De acordo com projeções da agência Habitat, órgão da ONU que estuda as questões de habitação, das dez maiores metrópoles do mundo em 2010, apenas duas – Tóquio e Nova York – estão situadas em países desenvolvidos. Em todo o planeta, aproximadamente um bilhão de pessoas vivem hoje em barracos sem água potável e saneamento básico nos subúrbios das grandes cidades – desse total, cerca de 200 milhões tornaram-se favelados há menos de dez anos. Segundo a pesquisa realizada pela ONU, em 2030, serão dois bilhões de pessoas vivendo em bolsões de pobreza.

Não obstante, os estudos têm apontado não somente para o problema da criminalidade nas grandes cidades, mas também para as desigualdades como fator que diminui as oportunidades de mobilidade social, acesso ao emprego, estreitamento dos horizontes de oportunidades para os pobres e o aumento da violência urbana.

Deste modo, observa-se que a cidade passa a ser um espaço de contradições sociais no qual, por todos os lados, se observa a disparidade entre o rico e o pobre, expressa claramente no próprio movimento da vida; identificáveis no modo de morar, trabalhar, locomover-se, no acesso à infraestrutura, à informação e principalmente aos direitos como saúde, educação, lazer, alimentação entre outros.

Atualmente, é facilmente perceptível a concentração em massa de pessoas vivendo em situação de rua nos grandes centros urbanos. Segundo a pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujos dados foram divulgados em 2008, há 31.922 indivíduos que utilizam as ruas da cidade como moradia, no entanto, esses números são bem maiores, pois algumas cidades brasileiras importantes não foram incluídas na pesquisa, tais como São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

De acordo com a pesquisa, os municípios brasileiros que possuem mais moradores em situação de rua são:

Tabela 1 – Número de Pessoas em Situação de Rua em algumas cidades brasileiras

Cidades Brasileiras	Número de Pessoas em Situação de Rua
Rio de Janeiro	4.585
Salvador	3.289
Curitiba	2.776
Brasília	1.734
Fortaleza	1.701

São José dos Campos	1.633
Campinas	1.027
Santos	713
Nova Iguaçu	649
Juiz de Fora	607
Goiânia	563

Fonte: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2008.

Rosa (1999) destaca que a população em situação de rua, toma a decisão pela ocupação do espaço urbano para vivenciar suas histórias por ser mais propício para realização de atividades econômicas ainda que precárias e informais. Devido também a grande concentração de pontos comerciais, movimentação de veículos, fluxo intenso de transeuntes ou pessoas, o que facilita o recebimento de doações e a prática de mendicância bem como a facilidade de acesso ao transporte público (mesmo que de forma irregular e insegura).

Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, durante o ano de 2013, 195 moradores de rua foram assassinados em todo o Brasil. Isso representa uma média superior de uma morte por dia em todo o país. Dos 195 assassinatos de moradores de rua registrados entre janeiro e junho, dez pessoas foram mortas por apedrejamento e nove por espancamento. Houve também o registro de sete moradores de rua que morreram após terem sido queimados.

Em Maceió, no ano de 2013 foram 37 homicídios e duas tentativas de morte; no Distrito Federal em março de 2013 foram registrados 04 assassinatos contra a população em situação de rua e 02 pessoas morreram incendiadas.

Minas Gerais foi o Estado com o maior número de assassinatos de moradores de rua em 2013, com 29 casos seguido da Bahia, com 23 mortes. Em Goiás, foram registradas 22 mortes apenas em 2013. Paraná e Pernambuco vêm em seguida com 15 e 10 execuções de moradores de rua, respectivamente.

Em apenas quatro Estados brasileiros não foram registradas mortes de moradores de rua em 2013, todos da região norte: Acre, Tocantins, Roraima e Amapá. No Amazonas, Piauí, Sergipe, Maranhão e Rondônia, houve apenas um caso de assassinato em cada Estado no primeiro semestre do ano de 2013.

Na cidade de São Paulo, segundo o censo do IBGE de 2015, quase 16 mil pessoas estão em situação de rua, sendo que oito mil, atualmente, estão

acolhidos/as. A pesquisa na capital paulista mostra que 82% da população de rua é composta por homens, sendo 36% entre 31 e 49 anos.

De acordo com o Censo da População de Rua divulgado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura na capital paulista, as pessoas em situação de rua sofrem com a violência de diversas formas, desde a agressão verbal até tentativas de homicídio.

Tanto os acolhidos quanto os moradores de rua foram vítimas das seguintes formas de violência: agressão verbal como xingamento, ofensa e humilhação (55% e 70% respectivamente), roubo ou furto (59% e 64%), agressão física (38% e 50%), tentativa de homicídio com facada ou tiro (16% e 24%), remoção forçada (25% e 38%) e violência sexual (4% e 6%). A pesquisa ressalta que os praticantes das agressões são, em grande parte, as próprias pessoas que pernoitam nas ruas, os agentes de segurança pública (polícias Civil e Militar e Guarda Civil Metropolitana), os agentes de segurança privada e pedestres.

Na cidade de São Luís-MA, de acordo com pesquisas e dados levantados pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no ano de 2013, em oito meses, 123 homicídios foram praticados, a autoria desses crimes é de maioria do sexo masculino, 29% dos homicidas estão envolvidos com atos ilícitos, 9,23% são companheiros ou ex-companheiros das vítimas, 8,57% são parentes ou pessoas próximas (colegas) e 4,16% são policiais.

Destaca-se ainda que 6,99% dos autores estão envolvidos com jovens pobres dos bairros excluídos da grande São Luís. Na capital foram registradas 04 mortes de abril à outubro de 2013. Além de todas essas violências físicas que os moradores de ruas passam rotineiramente, as brigas entre eles é uma das formas mais comuns de violência nas ruas causadas pelo uso de bebidas ou drogas e seguida de discussão ou roubo, sendo a ameaça uma característica que está presente o tempo todo no meio em que vivem.

A ausência de dados e pesquisas a respeito dessa população dificulta o acesso a informações atualizadas, sólidas e convergentes com a realidade das pessoas que vivem em situação de rua. Nota-se que os dados esmiuçados acima, são do ano de 2013, devido à falta de pesquisas mais atuais que visam a produção e disseminação do conhecimento acerca desse segmento social.

Salienta-se que essa perspectiva é uma das diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua que em seu artigo VI prevê “o

incentivo à pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento”, objetivando produzir e divulgar dados que possam ser utilizados em trabalhos acadêmicos, monografias, seminários, conferências e sociedade civil para que juntos possam subsidiar a formulação de políticas públicas bem como instigar a criação de novas estratégias com base na realidade vivenciada por essa população levando em consideração sua historicidade, perfis e heterogeneidade.

De acordo com a Comunidade Internacional de Direitos Humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

São esses tipos de violações de direitos que muitos brasileiros estão sujeitos a sofrerem, especificamente a população em situação de rua, na qual a violência se manifesta de forma mais patente através de agressões e abordagens policiais, olhares de preconceitos, discriminação, atendimento desumano nos serviços públicos e a dificuldade de reinserção social e familiar.

Na população em situação de rua as formas de violações de direitos são mais profundas e aguçadas, haja vista que além de sofrerem a privação material, a maioria não usufrui dos direitos sociais e humanos e são estigmatizados socialmente uma vez que a sociedade os enxerga com olhares de desconfiança, rejeição, desprezo e medo; quando na verdade essas pessoas são portadoras de sonhos, perspectivas, desejos e interesses assim como todo ser humano.

Desta forma, ao fim de um processo de ruptura dos vínculos nas diferentes dimensões, a população em situação de rua enfrenta uma gama de situações de não pertencimento social, de não suprimento das necessidades vitais e de limites à existência humana, resultando em formas de sobrevivência singulares e desumanizadoras, marcadas pela falta de suportes de vida estáveis, materiais e simbólicos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: limites, desafios e possibilidades

É objetivo deste capítulo, discutir os limites, desafios e possibilidades na construção de políticas públicas direcionadas às pessoas em situação de rua no Brasil, de forma a mapear o que permanece inalterado na atualidade e as novas tendências que parecem possibilitar mudanças significativas neste cenário. Além disso, destacam-se ainda os marcos legais e a efetivação da Política Nacional para População em Situação de Rua como garantias de acesso aos direitos humanos e sociais. Seguindo esta diretriz, a discussão sobre a destituição dos direitos básicos de cidadania que esta população é constantemente sujeita torna-se necessária, devendo ser referência na observação dos processos de construção de políticas públicas específicas para este segmento.

3.1 A efetivação das políticas públicas na garantia de acesso aos direitos à população em situação de rua

A atenção do Poder Público para a população em situação de rua no Brasil é recente e decorre de várias lutas sociais ocorridas nos últimos anos em favor do reconhecimento dos direitos sociais desse segmento. Diante da demanda crescente de segmentos desprovidos de condições mínimas de sobrevivência, a intervenção do Estado tem-se revelado inoperante e incapaz de modificar o perfil da desigualdade social, que peculiariza a sociedade brasileira, deixando as contradições sociais cada vez mais expostas. Trata-se da condição de pobreza extrema vivenciada diariamente pela população em situação de rua.

Essas pessoas são levadas a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classe, organizada para defender os interesses capitalistas em detrimento da dignidade humana e da vida. Nesse contexto, a rua passa a ser o espaço possível de sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia para as pessoas que não possuem recursos suficientes para se manter.

Isto ocorre por diversos motivos, tratados anteriormente. Segundo Silva (2006, p. 95), esse segmento populacional vincula-se diretamente à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Nesta senda, o autor ressalta:

Na contemporaneidade, a população em situação de rua constitui uma expressão radical da questão social, localizada nos grandes centros urbanos, que sofre com os estigmas e enfrenta o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifestam. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo.

De acordo com a visão do autor, a população em situação de rua no Brasil se tornou um problema natural para a sociedade tendo em vista a escassez de dados e informações a respeito desse segmento e a inércia do Estado quanto à criação e operacionalização de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa questão. É importante destacar que a falta de dados estatísticos e informações precisas sobre essa população são elementos que dificultam a criação de políticas públicas capazes de atendê-las em suas necessidades.

Além disso, as visões estigmatizantes da sociedade civil e do Estado, em relação à população em situação de rua, costumam restringir suas ações em assistencialistas, paternalistas e autoritárias. Esses fatores indicam o volume de desafios a serem superados para que sejam criadas e executadas ações direcionadas especificamente às demandas da população em situação de rua.

É válido ressaltar que o processo de enfrentamento a essa questão traz à tona um debate em torno da violação dos direitos humanos, bem como dos direitos sociais. Sabe-se que essa conjunção é um desafio para o país. Entretanto, é uma conjunção basilar quando se trabalha na perspectiva do alcance da cidadania e do respeito à condição humana. As políticas traçadas devem estar vinculadas a um projeto societário que aponte para igualdade das condições sociais e não apenas para minorar a dor e o sofrimento causados pela pobreza extrema na qual se encontra esse grupo social.

No que se refere à observação dos direitos sociais para a população em situação de rua, é relevante analisar o texto da Constituição Federal, que determina (art.5º):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (BRASIL, 1988, p.03)

No Capítulo II, Dos direitos sociais, Artigo 6º, o texto constitucional preconiza como “direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, p.11). Tendo em vista as populações em situação de rua nas cidades brasileiras percebe-se que sofrem todo tipo de transgressão aos direitos sociais e humanos previstos na Constituição Federal de 1988, tendo em vista que estão destituídos de sua cidadania.

As populações em situação de rua nas cidades brasileiras sofrem todo tipo de transgressão aos direitos sociais e humanos previstos na Constituição Federal de 1988, tendo em vista que estão destituídos de sua cidadania. Ressalta-se que no Brasil as pessoas que vivem da e na rua não estão presentes nos censos nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois as pesquisas são realizadas a partir do critério dos domicílios, e a população em situação de rua por sua vez é caracterizada pela inexistência de moradia, portanto não atende o critério do IBGE. Nesta senda, as autoras Aldaíza Sposati (1998) *apud* Tiene (2004, p. 15) apontam que:

Ser perseguido pela polícia, por seguranças de lojas, estar a mercê de assaltantes, ser visto com preconceito, enfrentar a fome e sofrer até com a natureza, nada disso se compara à maior violência contra o morador de rua: não existir perante os censos nacionais, que são realizados a partir dos domicílios.

A ausência desses habitantes das ruas nos censos do IBGE revela ainda a profundidade da exclusão social sob a qual essa população está sendo submetida. Além disso, sabe-se que a população em situação de rua não se encaixa nos padrões que geralmente são exigidos para que a pessoa seja atendida em uma instituição pública ou privada, pelo fato de não possuírem boas condições físicas e já que vivem na rua, não têm lugar para fazer sua higiene pessoal e muitas vezes não possuem nenhuma documentação, entre outras implicações, que influenciam na forma do atendimento institucional e dificultam o acesso dessa população aos mínimos sociais.

É de suma importância destacar que o valor da dignidade da pessoa humana é contemplado na Constituição Federal de 1988 como um dos fundamentos do Estado Brasileiro (art. 1º, inc. III), objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária; na garantia do desenvolvimento nacional, na erradicação da pobreza e da marginalização social; na redução das desigualdades sociais e regionais e na

promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, incs. I a IV, p.02)

A Constituição Federal de 1988 criou a possibilidade da existência de políticas efetivamente públicas, estabelecendo mecanismos para a participação da sociedade civil na concepção, execução e na avaliação das políticas sociais. Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social foi definida como política pública de direitos e não contributiva, passando a compor o Sistema de Seguridade Social, ao lado das políticas de Saúde e Previdência Social, articulada a outras políticas sociais destinadas a promover a cidadania e a inclusão social, assegurando aos segmentos populacionais em situação de pobreza extrema o acesso universal a bens e serviços com responsabilidade estatal.

A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Conforme ressalta Potyara (1998) desvinculou a proteção social do formato contratual/contributivo e assumiu intento mais amplo ao universalizar a cobertura das vulnerabilidades sociais; assegurou um conjunto de condições dignas ao cidadão, ao tornar as políticas sociais um direito social e reclamável, medidas estas fundamentais para a instituição do bem-estar social.

A assistência social como política de Estado passa a ser um espaço para a defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Configura-se, também, como estratégia fundamental no combate à pobreza, à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política em que vive grande parte da população brasileira.

Além disso, a implementação de políticas sociais adquiriu maior viabilidade no âmbito local, pois a Constituição Federal elevou os municípios à condição de unidades federativas, o que proporcionou determinadas mudanças na política local, incluindo a descentralização da implementação de políticas públicas relevantes para o bem estar da população.

Para ratificar a Assistência Social como política pública, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993) - regulamentou a Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, além de garantir a universalização dos direitos sociais. Dessa forma é

responsabilidade estatal a gestão, o financiamento e execução da política de Assistência Social.

A LOAS preconiza em seu Artigo 15 que, compete aos municípios executar os projetos de enfrentamento da pobreza (incluindo a parceria com organizações da sociedade civil), atender às ações assistenciais de caráter de emergência e prestar serviços assistenciais, conceituados como atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. Posteriormente, a LOAS recebeu alteração para a inclusão da obrigatoriedade da formulação de programas de amparo à população em situação de rua, por meio da Lei n 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005.

Assim, cabe à Assistência Social o desenvolvimento de programas e serviços sociais que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, (Sposati, 1998), bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários, visando a garantir o seu acesso a direitos sociais e o desenvolvimento de sua autonomia (NOB-SUAS, 2005).

A incursão na Política de Assistência, considerando a Constituição Federal de 1988 como marco referencial, permite contextualizar, brevemente, a proposta para o enfrentamento desta problemática dentro do universo das políticas sociais, suas dificuldades, e a exigência de uma ação embasada na intersetorialidade das políticas públicas.

De acordo com a nova legislação, portanto, o poder público municipal passou a ter a tarefa de manter serviços e programas de atenção à população em situação de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e igualdade na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento social.

3.1.1 A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: organização e operacionalização

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 (aprovada pela resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e publicada no DOU de 28/10/2004) expressa as deliberações da IV

Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003, que se coloca na perspectiva da materialização das diretrizes da LOAS e dos princípios enunciados na Carta Constitucional de 1988, que entende a Assistência como uma política social inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro, no campo da seguridade social.

A PNAS é um importante marco no que se refere o fortalecimento da política de Assistência Social tendo em vista que estabelece novas diretrizes para sua efetivação como dever do Estado e direito de cidadania, de alcance socialmente transformador e inclusivo. Nessa perspectiva, PNAS prevê que:

No caso da proteção social especial à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. (2004, p. 31)

A PNAS reorganiza os projetos, programas, serviços e benefícios, apontando para a implementação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, a partir da realidade brasileira. O SUAS “é um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira”. (NOB/SUAS/2005)

O objetivo do órgão mencionado é assegurar a concretude dos preceitos da LOAS e integrar o governo federal com os estaduais e municipais em uma ação pública comum de garantia de direitos universais. A população em situação de rua constitui-se como público usuário da PNAS e do SUAS, pois encontra-se em situações de vulnerabilidade e riscos.

Nesta lógica, o SUAS busca superar a fragmentação presente na abordagem por segmentos (crianças, idosos, a população em situação de rua), e trabalhar com:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substância psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social. (Política Nacional de Assistência Social, 2004, p.27).

Nessa direção, deve-se assegurar o acesso da população em situação de rua ao conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Neste aspecto, o foco da atenção da Política passa a ser prover serviços, programas e projetos nos dois níveis, baseado na lógica de proteção social – Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade) para a família, indivíduos e grupos que dele necessitem; ampliação do acesso a bens e serviços, contribuindo para inclusão e equidade dos usuários da política; centralidade na família, promovendo o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários (MDS/PNAS, 2004, p.27).

É importante destacar que garantir os direitos dessa população não é responsabilidade exclusiva da Assistência Social, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social. Desta forma a PNAS reafirma a necessidade de articulação entre as demais políticas, como forma de enfrentamento das expressões da questão social, estabelecendo objetivos que delineiam a construção do novo modelo de atendimento.

De acordo com a PNAS a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, Segurança, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.

Nessa perspectiva, a intersetorialidade é fundamental, tendo em vista a garantia dos direitos de forma ampla para a população em situação de rua, envolvendo uma articulação com todas as áreas do serviço público através do trabalho em rede. Essa é uma perspectiva importante porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Entretanto, ao se fazer menção às políticas para a população em situação de rua, observa-se que a intersetorialidade ainda é uma meta distante a ser alcançada e um desafio na execução destas políticas.

Para Adorno e Varandas (2004) os programas sociais dirigidos às pessoas nesta situação reproduzem ideologicamente o descarte social de uma população considerada como excedente, sendo caracterizados pelas práticas de retirada dos indivíduos das ruas, penalizando-os pela situação em que se encontram. São as frequentes operações de "higienização", como as que

aconteciam no passado da cidade, expulsando-se as pessoas dos lugares nos quais elas encontram recursos para sobreviver.

Para Junqueira (1999, p. 64) a intersectorialidade:

Pressupõe uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas de maneira a constituir-se em uma nova forma de planejamento e execução na prestação de serviços, visando garantir o acesso igual dos desiguais. Para que a intersectorialidade efetivamente exista é necessário que ocorra uma mudança de valores, de maneira a possibilitar que os atores organizacionais e os grupos populacionais sejam sujeitos com capacidade de percepção de seus problemas de forma integrada, identificando soluções apropriadas à sua realidade local.

Assim como toda população brasileira, as pessoas em situação de rua têm por direito constitucional serem tratadas como cidadãs integrais. Dessa forma, as políticas públicas que as contemplam devem ser pensadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar e integral. A população de rua tem, como parte integrante da população brasileira, direitos sociais a serem garantidos pelo Poder Público, através de políticas públicas gerais destinadas à população como um todo.

Segundo a Cepal (1986), as políticas e estratégias para o desenvolvimento social em sociedades heterogêneas e complexas, com maior ou menores de grau de diferenciação, devem necessariamente combinar a superação da pobreza, o logro da equidade mínima para todos os membros da sociedade.

Ressalta-se que políticas rápidas e limitadas por um tempo curto de atuação não são capazes de produzir um efeito de mudança de hábitos na população em situação de rua, tendo em vista que a saída da rua é um processo lento e gradual e muitas das vezes doloroso, especialmente, para aqueles que já se encontram a muitos anos envoltos nessas condições degradantes.

É importante que as políticas logrem para todos condições básicas de desenvolvimento biológico, formação intelectual, trabalho e acesso à renda, para que essa população seja capaz de ser protagonista de sua própria história, superando as dificuldades e reestruturando sua vida. Para isso, as políticas e estratégias devem estar comprometidas com uma cidadania que vise à transformação social. Lopes (2006) salienta que as políticas públicas voltadas para essa população são insuficientes e, portanto, não são capazes de interferir na reintegração social desses indivíduos, muitas pessoas acabam envelhecendo na rua mesmo, sem uma devida proteção eficaz.

Munõz (2011, P. 224) reforça a visão de Lopes quando aponta que:

A população em situação de rua precisa de políticas públicas que levem em conta e desemboquem na construção de estratégias de atendimento em rede, isto é, sociedade civil e governos atuando juntos por meio de um atendimento que considere o perfil dessas pessoas que vivem nas ruas, garantindo-lhes a cidadania, mas que esta cidadania não se esgote e não se reduza à distribuição de cesta básica.

Yazbeck (2001) ratifica que programas focalistas e seletistas são caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidade e possibilidade efetivas de acesso a bens, serviços e recursos. Todas as políticas devem ter por finalidade, evitar que se reproduzam as condições de pobreza e exclusão, com vistas à integração social e à cidadania.

3.1.2 Marcos legais que regem a atenção à população em situação de rua

Algumas conquistas legais que contribuem para garantia de acesso aos direitos da população em situação de rua, já foram implementadas pelo poder público. Vale destacar que todo esse processo legal também foi fruto do protagonismo de movimentos sociais formados pela sociedade civil, dentre os quais se destacam as próprias pessoas em situação de rua. Logo, considera-se de grande importância apontar os instrumentos que legalizam a garantia dos direitos humanos e sociais para população em situação de rua.

Tabela 2 – Marcos legais de regulação do atendimento à população em situação de rua

MARCOS LEGAIS	DESCRIÇÃO
2004: PNAS	Assegura cobertura à população em situação de rua;
2005: LOAS	Em 30 de dezembro de 2005, alterou o art. 23 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, incorporando a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, o que reafirmou o dever do Estado perante os cidadãos brasileiros que se encontram nas ruas;
2008: Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua	Estabelece diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua
2009: Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, nº 109, 11 de novembro de 2009	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

2009: Decreto de nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009	Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê de Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento;
2010: Instrução Operacional Conjunta	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), nº 07 de 22 de novembro de 2010, que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas do Governo Federal;
Portaria, nº 843, de 28 de dezembro de 2010	Dispõe sobre o cofinanciamento federal (municípios com mais de 250.000 habitantes e DF) dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializado de para População em Situação de Rua (CENTROS POP) e dá outras providências;
2010	Consultoria para elaboração de subsídios técnicos sobre a Unidade e o Serviço; Portaria MDS n/ 843- parâmetros para a Unidade;
2011	Inclusão no Censo SUAS; Consultoria nacional para o aprimoramento da implantação e qualificação do processo de assessoramento e acompanhamento;
2012	Publicação da Cartilha e das Orientações Técnicas sobre a Unidade e o Serviço; Nova expansão do cofinanciamento federal para municípios com mais de 200.000 habitantes.

Fonte: Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social/ São Luís-MA.

Ressalta-se que a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi resultado da luta constante da sociedade civil organizada junto ao movimento nacional da população que vive nessa situação, para que esse segmento tivesse acesso aos direitos e à inclusão social.

Dadas as complexidades e especificidades desse grupo de pessoas, a PNAS, o SUAS e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, previram que essa população pode ter seu atendimento realizado em vários serviços tipificados, dependendo da sua demanda ou violação de direito sofrida. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais aponta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que deve ser ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

Os serviços especializados para essa população têm a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento social, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. A oferta de serviços para a população em situação de rua é organizada por nível de complexidade: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social de Alta Complexidade. Segue a estruturação desses serviços especializados para pessoas em situação de rua:

Tabela 3 - Síntese dos serviços por nível de complexidade-MDS

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
1	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
2	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
3	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Média Complexidade	
1	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
2	Serviço Especializado em Abordagem Social
3	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
5	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
Alta Complexidade	
6	Serviço de Acolhimento Institucional
7	Serviço de Acolhimento em República
8	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
9	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Conselho Nacional de Assistência Social/Resolução CNAS nº.109/2009.

A Proteção Social Especial (PSE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada para pessoas em situação de rua. Na Proteção Especial de Média Complexidade para a população em situação de rua destaca-se:

- a) Serviço Especializado de Abordagem Social⁵
- b) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

Na Proteção Especial de Alta Complexidade para a população em situação de rua, destaca-se:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional
- b) Serviço de Acolhimento em República

São objetivos da Proteção Social Especial de Média complexidade:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, p.22, 2009).

As condições de acessos a serviços da Proteção Especial de Média Complexidade devem ser famílias e/ou indivíduos que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência e as unidades de atendimento a essas pessoas são o CREAS ou Unidade Específica Referenciada ao CREAS. A articulação em rede ocorre com:

- a) Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- b) Serviços de políticas públicas setoriais;
- c) Sociedade civil organizada;
- d) Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- e) Instituições de Ensino e Pesquisa;
- f) Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade coordena o conjunto de serviços que garantem o atendimento integral a indivíduos ou famílias, situação de

⁵Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

risco pessoal e social no que tange abandono, ameaça ou violação de direitos, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e em situação de rua.

Diante da contextualização sobre as normativas de atendimento e da especificação dos serviços destinados para pessoas em situação de rua, apresenta-se no capítulo uma análise dos dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua tendo em vista sua contribuição na elaboração e implementação das políticas públicas voltadas para esse segmento populacional.

3.1.3 Breves considerações sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua

Vivemos em uma sociedade onde existe uma multiplicidade de leis, normas e constituições que visam garantir toda a gama de direitos possíveis aos seus cidadãos, entretanto não podemos deixar de ratificar que estamos inseridos em um contexto social marcado por profundas desigualdades advindas desde o período escravagista que perduram até os dias atuais, onde o poder é monopolizado uma vez que este encontra-se nas mãos de poucos, gerando um verdadeiro desconforto social para a maioria das pessoas que não são beneficiadas de forma equânime, não restringindo-se apenas à desigual distribuição de bens materiais mas especialmente pela privação ou destituição de direitos essenciais que garantam o exercício da cidadania.

Diante das considerações a respeito das leis e sua efetivação como garantia de acesso aos direitos é válido questionar sobre qual o impacto que elas estão causando na vida dos cidadãos, especialmente para aqueles que são historicamente excluídos.

Restringindo-se a análise quanto à população em situação de rua, pretende-se discorrer sobre as políticas públicas que visam pôr em prática as leis existentes, facilitando o acesso dessa população aos seus direitos básicos, porém essenciais, que muitas vezes são desconsiderados pela sociedade.

Ainda, abordar-se a crítica questão da efetividade dessas políticas públicas em atenção à população em situação de rua, que, por vezes, encontra sérios entraves à sua concretização. Historicamente, as ações implementadas a título de políticas públicas específicas para esta população, detinham-se a políticas

de repressão (criminalização da população de rua, a qual era vista como vagabunda, malandra, bandida) e políticas higienistas, muitas vezes violentas:

Assim, realiza-se um trabalho baseado no “modelo filantrópico higiênico” ou “concepção asséptica” na qual a orientação do trabalho é “segregar, esconder, higienizar” [...] trata-se da vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinquência, o que vem a favorecer que todos os cidadãos enxerguem o morador e rua como socialmente ameaçador e um criminoso em potencial. (MATTOS, 2006, P.50).

O autor se refere à utilização do discurso higienista que rotula e propaga o estigma da pessoa em situação de rua associada à sujeira e o “discurso jurídico” e “criminológico”. Nesse período as pessoas que viviam nessa situação eram retiradas das ruas e enviadas para sua cidade de origem à revelia do seu consentimento, ou enviavam para albergues, abrigos, ou para vários tipos de serviços como: os de saúde, de higiene, alimentação, iniciativas de geração de trabalho e renda (MATTOS, 2006). Alguns destes serviços eram fornecidos pelos poderes públicos, mas a maioria era da iniciativa privada e não governamental.

Na perspectiva de caracterizar o perfil socioeconômico dessa população bem como de estabelecer um horizonte para elaboração das políticas públicas direcionadas a esse público, em 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional com este segmento populacional. Tal Pesquisa identificou as vulnerabilidades que compõem a realidade de quem se encontra em situação de rua, para delinear uma política pública que visasse o enfrentamento a esta expressão da questão social.

Com o objetivo de efetivar as atribuições de elaborar e gerir uma política integrada de proteção social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assumiu o compromisso de formular políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua.

Em setembro de 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Neste encontro foram discutidos, em conjunto com os movimentos sociais representativos desse segmento social, os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas para essa parcela da população.

Como ação prioritária foi destacada a importância da realização de estudos que possam quantificar e permitir a sua caracterização socioeconômica, de

modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas a tal público.

A presente Política é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006, e composto pelos seguintes Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, da Educação, da Cultura, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Justiça; e, ainda pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada.

Além disso, destaca-se que a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua foi resultado da luta constante da sociedade civil organizada junto ao movimento nacional da população que vive nessa situação, para que esse segmento tivesse acesso aos direitos e à inclusão social.

No que se refere sobre a implementação de uma política pública específica para essa população ressalta-se que não se trata de conceituação com finalidade exaustiva, mas norteadora e explicativa para quais cidadãos deverão ser direcionadas as Políticas Nacionais constantes no já mencionado Decreto. De acordo com o artigo 5º, são princípios caracterizadores da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da equidade e da igualdade:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV – Não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua. (Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009, p.14).

A previsão legal de princípios e diretrizes para a concretização da Política Nacional para a População em Situação de Rua é correta e adequada ao fim a que se propõe como norma orientadora que é, além do que, na forma como foi disposta, demonstra ser totalmente viável. Entretanto, na realidade, observa-se que a maioria das pessoas que vivem nessa situação não têm seus direitos atendidos de forma humanizada nos serviços públicos, são discriminados e estigmatizados pelos

membros da sociedade e dificilmente conseguem a sua reinserção comunitária e familiar.

Tal entender não se sublinha em relação aos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, previstos no artigo 7º, *caput*, sobretudo, o inciso I que descreve “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” (BRASIL, 2009).

Compreende-se que a garantia do acesso amplo, simplificado e seguro a essa gama de direitos por vez não ocorre, em razão de entraves, limitações e até certos preconceitos quanto às pessoas em situação de rua. Snow e Anderson (1998) afirmam que a referida população vive em um estado social de exclusão que se dá, às vezes, simultaneamente, pelas vias do trabalho, da classe, da cultura, da etnia, da idade, da raça, da orientação sexual, e, assim, torna-se difícil atribuí-la a um único aspecto, tendo em vista que é um conjunto de vários fatores que faz com que a exclusão social esteja presente nas relações sociais.

Em síntese, vivemos num mundo capitalista, competitivo e excludente, onde homens, mulheres, idosos, famílias entre outras categorias são levados à situação de rua, por condições impostas pela sociedade de classes centrada na produção e reprodução do capital em detrimento da vida.

A respeito da Política Nacional ressalta-se também que o inciso III determina “instituir a contagem oficial da população em situação de rua” e o inciso IV, preverem a necessidade de “produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua”, porém a última pesquisa realizada em âmbito nacional ocorreu em 2008, o que dificulta a sistematização e análise de dados sobre essa população em virtude de serem informações antigas, desatualizadas e desconectadas com a realidade social na qual vivemos.

No que se refere ao trabalho em rede a Política destaca em seu inciso IX como uma de suas diretrizes a “ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida”. Nesse sentido a intersetorialidade é fundamental, tendo em vista a garantia dos direitos de forma ampla para a população em situação de rua,

envolvendo uma articulação com todas as áreas do serviço público através do trabalho em rede.

Essa é uma perspectiva importante porque aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Entretanto, ao se fazer menção às políticas para a população em situação de rua, observa-se que a intersetorialidade ainda é uma meta distante a ser alcançada e um desafio na execução destas políticas. Além disso, a escassez de pesquisas é um entrave na elaboração e implementação de políticas públicas tendo em vista que os dados, indicadores e informações acerca da realidade social dessa população são imprescindíveis para subsidiar estratégias, ações, programas e projetos que visam o enfrentamento do problema.

3.1.4 Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua no Brasil: perfis e características socioeconômicas

No Brasil, entre os meses de agosto de 2007 a março de 2008, foi realizada uma pesquisa nacional censitária e por amostragem sobre a população em situação de rua, promovida pelo MDS. A pesquisa sobre a população que vive nessa situação teve como ação prioritária a realização de estudos que pudessem quantificar e permitir a caracterização socioeconômica desse segmento, de modo a orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas ao público em questão.

Além disso, a pesquisa permitiu traçar o perfil socioeconômico dessa população que não é incluída nos censos demográficos brasileiros realizados pelo IBGE, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar. A pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua foi financiada pelo Instituto Meta e viabilizada por um acordo de cooperação assinado entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o MDS.

É importante ressaltar que a referida pesquisa é a única realizada em âmbito nacional que caracteriza e configura o perfil da população em situação de rua no Brasil, pois abrange grande parte das cidades brasileiras. A pesquisa Nacional foi realizada em 71 cidades brasileiras, desse total fizeram parte da pesquisa 48

municípios com população superior a 300 mil habitantes e 23 capitais, independente de seu porte populacional.

Ressalta-se que os municípios mais populosos e as capitais concentram maiores recursos, serviços e possibilidades, e assim, tendem a ser mais procurados por pessoas em situação de vulnerabilidade que necessitam de oportunidades de emprego e condições mais favoráveis para a sua sobrevivência.

Segundo a pesquisa, cujos dados foram divulgados em 2008, 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) utilizam as ruas como moradia, no entanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não foram incluídas na pesquisa, como São Paulo⁶, Belo Horizonte⁷, Recife⁸ e Porto Alegre⁹, porque já haviam realizado recentemente um levantamento semelhante.

Este número total, se considerado juntamente com as pesquisas de outras cidades, cujos dados estão disponíveis nos permite estimar um número aproximado de 50.000 pessoas nas capitais de estado (e Distrito Federal) e cidades com mais de 300 mil habitantes do Brasil. Embora o total de 31.922 seja expressivo, enfatiza-se que esse contingente não deve ser tomado como o total da população vivendo em situação de rua no país. Como ressaltado anteriormente, a pesquisa foi conduzida em um conjunto de municípios brasileiros, e não em sua totalidade.

O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. A base de dados utilizada para esta seleção foi o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) do ano de 2004. Em todas essas cidades foi realizado um censo das pessoas em situação de rua, com a aplicação de um questionário reduzido, e uma pesquisa amostral, que investigou um conjunto maior de questões em cerca de 10% das pessoas entrevistadas em cada município.

⁶O estudo “Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003”, contratado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, e realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), estimou que, em 2003, o número de pessoas em situação de rua nos distritos pesquisados da cidade de São Paulo era de 10.399.5.

⁷O Censo da População de Rua de Belo Horizonte, realizado em 2005, estimou que a população adulta em situação de rua era de, aproximadamente, 916 indivíduos. Somando-se a esses indivíduos o total de crianças e adolescentes que estavam sob sua responsabilidade na rua, atingiu-se o total de 1.164 pessoas.

⁸ Na pesquisa “Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife” realizada em 2005, estimou-se que o contingente de pessoas em situação de rua nesse município era de 1.390. Desse contingente, 888 eram adultos.

⁹ No “Cadastro e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS”, realizado em 2007/2008, foi constatado 1.203 pessoas adultas em situação de rua.

A Pesquisa Nacional é de extrema importância para o conhecimento aprofundado da população em situação de rua no Brasil, pois a partir dela foi possível aferir uma diversidade de dados relativos ao perfil dessa população como: características socioeconômicas e formação escolar, trajetória de rua (razões de ida à rua, deslocamentos, entre outros), histórico de internação em instituições, pernoite, vínculos familiares e trabalho, acesso à alimentação, serviços e cidadania, discriminações sofridas, participação em movimentos sociais.

A seguir, apresentamos a sistematização de alguns dados obtidos através da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua no Brasil, Quanto ao perfil e às características da população em situação de rua temos o seguinte:

Perfil dos entrevistados:

a) Gênero e etnia

A população em situação de rua é predominantemente masculina, 82%. Mais da metade (53,0%) das pessoas em situação de rua adultas entrevistadas – somente foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais – se encontra em faixas etárias entre 25 e 44 anos. 39,1% das pessoas em situação de rua se declararam **pardas**. Essa proporção é semelhante à observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% da população em geral) e pretos 27,9% (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 6)

b) Características socioeconômicas

Os níveis de renda são baixos. A maioria (52,6%) recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 7)

A Pesquisa Nacional nos mostra que a população em situação de rua no Brasil é predominantemente masculina, negros, pobres, jovem-adulto, semianalfabetos ou analfabetos. Os dados evidenciam um problema estrutural na formação da sociedade brasileira, tendo em vista que as relações sociais, políticas, econômicas e culturais nascem centradas em relações de sociabilidade profundamente desiguais, as quais afetam principalmente o negro, o índio e as camadas populares exploradas na relação capital e trabalho.

O percentual de afro descendentes é substancialmente maior na população em situação de rua. Essa proporção reflete parte da formação da sociedade brasileira, onde desde o período colonial os negros foram alvo de exploração e discriminação e hoje continuam sofrendo com a exclusão social, sem

acesso aos recursos econômicos, educacionais, políticos e sociais que lhes é devido, carregando as marcas da sociedade colonial escravista.

Atualmente, a população em situação de rua não se constitui apenas de negros analfabetos jovens e adultos, mas também fazem parte dessa vivência, mesmo que em sua minoria, mulheres violentadas, crianças e adolescentes explorados ou abandonados, adultos com vínculos familiares rompidos, pessoas com deficiência, usuários de substâncias psicoativas, desempregados, sem terra no campo, imigrantes, enfim, a população está mais heterogênea, cada um com sua história de vida e suas particularidades que explicam a situação na qual se encontram.

c) Formação Escolar

74% dos entrevistados sabem ler e escrever. 17,1% não sabem escrever e 8,3% apenas assinam o próprio nome. A imensa maioria não estuda atualmente (95%). Apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Diagnosticou-se que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder/não lembram/não responderam o seu nível de escolaridade. Apenas 3,2% concluíram o segundo grau. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 7)

Em relação à escolaridade, os indicadores revelam que os 74% que sabem ler e escrever, não concluíram o ensino médio. Esse percentual é preocupante, visto que dificulta ainda mais o acesso dessa população a outros níveis educacionais e afeta principalmente sua inserção no mercado de trabalho.

Ao analisar os índices de educação, percebe-se os limites da universalidade, da inclusão e dos escassos investimentos na política de educação, que tem sido negada mesmo àqueles que não estão em situação de rua. Infelizmente, sem investimentos e sem compromisso com a política educacional, o Brasil será incapaz de enfrentar a complexidade das desigualdades sociais existente no país.

Trajetória nas ruas:

d) Razões da ida para as ruas

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou ser consequência do outro). (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 7)

Conforme os dados da pesquisa, os principais motivos de estar na rua são: problemas de alcoolismo e/ou drogas, conflitos familiares e desemprego. Escorel (1999, p.103) afirma que a família é elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano. Desta maneira, se faz desejável que a família seja um lugar de proteção, socialização, afetividade e construção de identidade, que não permita que haja condições para que a violência se propague.

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é sem dúvida um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo. (CARVALHO, 1997, p. 90)

Portanto, a família é concebida como espaço de socialização e proteção primárias, exercendo o papel de proteção social. Sendo assim, o rompimento com os vínculos familiares, devido a conflitos no âmbito familiar, muitas vezes permeia as decisões de saída do lar para as ruas.

As causas desses conflitos, na maioria das vezes estão associadas a fatores como: orientação sexual, desemprego, alcoolismo, ao consumo ou tráfico de drogas que influenciam não só a unidade familiar pelos conflitos, mas pelo desequilíbrio do orçamento doméstico; o envolvimento em assaltos ou outros crimes, conflitos de valores, a violência ou abuso sexual.

A questão do desemprego – apontada como o segundo motivo que conduz as pessoas a viverem nas ruas – é resultado das conjunturas sociais e econômicas ligadas ao mundo do trabalho que contribuem para que pessoas se vejam forçadas a ir para a rua, pois as transformações na política, na economia e a aceleração de processos tecnológicos vêm alterando o funcionamento do mercado de trabalho, causando a precarização crescente nas condições de emprego.

e) Histórico de internação em instituições

Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições. 28,1% afirmaram já ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos; 27,0% já estiveram em algum abrigo institucional; 17,0% admitiram já ter passado por alguma casa de detenção; 16,7% afirmaram já ter passado por hospital psiquiátrico; 15,0% dos entrevistados já estiveram em orfanato; 12,2% já estiveram na FEBEM ou instituição equivalente. Cerca de 60% das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram já ter passado por pelo menos em uma das instituições citadas e 0,7% afirmaram ter passado por todas estas instituições. (MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 9)

Aborda-se aqui o tratamento institucional que lhes é concedido, pois quanto maior o preconceito em relação à população em situação de rua, menor será a possibilidade de reconhecimento da sua cidadania e reintegração social através das instituições responsáveis pela execução das políticas sociais. A maior possibilidade será a de que sejam colocados em instituições estigmatizantes que não produzem mudanças qualitativas em suas vidas.

Através dos dados levantados na pesquisa empírica, percebe-se que a maioria da população entrevistada já frequentou alguma instituição, seja em caso de internação, recuperação, abrigo ou casa de detenção. Espaços estes que, tradicionalmente, mantêm rotinas rígidas de tratamento, concepções arraigadas acerca das pessoas que vivem na rua e restrições à liberdade pessoal.

Observa-se a tendência de institucionalização do trabalho com a população em situação de rua num padrão convencional de atendimento, os conhecidos albergues, verificada pelo crescimento acentuado das vagas em determinadas capitais. Ter a população em situação de rua como alvo da atuação institucional é, sem dúvida, relevante, porém são preocupantes as condições de atendimento dos albergues e tendência destes e dos demais serviços existentes circunscreverem-se basicamente ao atendimento de pernoite, higiene e alimentação, suprimindo apenas as necessidades imediatas.

Vínculos familiares e trabalho:

f) Vínculos familiares

51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes e 14,5% mantêm contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados. 39,2% consideram como bom ou muito bom o relacionamento que mantêm com os parentes que vivem na mesma cidade, enquanto 29,3% consideram esse relacionamento ruim ou péssimo. 23,1% mantêm contato com parentes que vivem fora da cidade em que se encontram. (BRASIL. MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 10)

Em relação aos vínculos familiares, 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram; porém, 38,9% deles não mantêm contato com esses parentes. Os índices mostram o quanto a fragilidade é acentuada nos vínculos entre os moradores de rua e a família.

Destaca-se que esses vínculos não se rompem totalmente, pois segundo Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p.91-92) explicam, “os laços com a família são rompidos como relação cotidiana efetiva; entretanto permanece uma relação

imaginária, onde existe uma figura feminina, habitualmente a mãe, pois a figura materna, sem dúvida, expressa a ideia de proteção numa situação de desamparo afetivo”.

Portanto, percebe-se que a família, apesar da distância e do rompimento dos vínculos, se faz presente no imaginário dessa população através de lembranças, recordações ou até mesmo da esperança de algum dia restabelecer esses vínculos ou formar uma nova família.

g) Trabalho e renda

A população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores: 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Destas atividades destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% das pessoas. A maioria tem profissão, ainda que não a estejam exercendo no momento: 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas destacam-se aquelas vinculadas à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando atualmente com carteira assinada. Esta não é uma situação ocasional: 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Entre aqueles que afirmaram já ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isto ocorreu há muito tempo (50,0% há mais de 5 anos; 22,9% de 2 a 5 anos). (BRASIL. MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 10)

Sobre o tema *trabalho e renda*, destaca-se que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, ou seja, 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Contudo, a maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal. Estes dados são importantes para desmistificar o preconceito existente na sociedade de que a população em situação de rua é composta: “mendigos”, “pedintes” e “vagabundos”. Aqueles que pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria. Deste modo, ressalta-se que hoje os moradores de rua já não são mendigos, são trabalhadores desempregados que, cansados da romaria diária pelas portas das fábricas, descobriram que catar papel e fazer outros bicos pelas ruas da cidade pode até ser uma alternativa para a difícil luta pela sobrevivência. (ROSA, 2005)

Acesso à alimentação, serviços e cidadania:

h) Alimentação

A maioria (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram a comida com o seu próprio dinheiro e 4,3% utilizam o restaurante popular. Não conseguem se alimentar todos os dias (ao menos

uma refeição por dia) 19,0% dos entrevistados. (BRASIL.MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 11)

Sobre o tema *alimentação*, Escorel (1999) cita como sendo o que os moradores de rua têm mais acesso e cuja satisfação os faz comparar favoravelmente a situação de desabrigo frente às condições anteriores. Nos grandes centros urbanos, a oferta de comida é maior, através de doações dos transeuntes ou de instituições religiosas e assistenciais.

i) Condições de saúde

29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde. Entre os problemas de saúde mais citados destacam-se: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/AIDS (5,1%) e problemas de visão/cegueira (4,6%). Dentre os entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento. Postos/centros de saúde são as principais vias de acesso a esses medicamentos. Daqueles que os utilizam, 48,6% afirmaram conseguí-los por esse meio. Quando doentes 43,8% dos entrevistados procuram em primeiro lugar o hospital/emergência. Em segundo lugar, 27,4% procuram o posto de saúde. (BRASIL.MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 11)

Em relação à saúde, a maioria dos moradores de rua afirmou ter um problema de saúde, que variam entre problemas mentais e visuais, hipertensão e HIV/AIDS; a maior parte faz uso de medicamentos e quando doentes, procuram um hospital de emergência.

j) Posse de documentação

24,8% das pessoas em situação de rua não possuem quaisquer documentos de identificação. Não possuem título de eleitor 61,6%, carteira de trabalho 59,9%, CPF 57,4%, certidão de nascimento ou de casamento 49,2% e carteira de identidade 40,7%. 21,9 % possuem todos os documentos de identificação mencionados na pesquisa. (BRASIL. MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 12)

No item sobre documentação, observam-se índices expressivos, pois a maioria dos entrevistados não possui quaisquer documentos de identificação; dentre eles destaca-se que 57,4% não tem CPF, 40,7% não tem carteira de identidade e 59,9% não possui carteira de trabalho, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania formal.

k) Acesso aos programas governamentais

A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos se destacaram a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada (1,3%). (BRASIL. MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008, p. 12)

Quanto ao acesso da população em situação de rua aos benefícios sociais, os dados apontam que “A grande maioria não é atingida pela cobertura dos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais”. Não recebem aposentadoria, Bolsa Auxílio-Moradia ou Bolsa-Família, pois o cadastramento para a inclusão nesses programas faz exigências – como ter documentos pessoais – que, por vezes, a população não tem condições de atender; por isso sequer, são inseridos nos programas.

A política nacional que contempla a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único tem, entre outras, a finalidade de potencializar o acesso dessa população aos programas dos usuários do Cadastro Único e à rede de serviços socioassistenciais, bem como a produção de informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas.

Conforme apontado pela pesquisa nacional, a população em situação de rua revela a complexidade de um fenômeno social, visto que fere os direitos mais fundamentais da pessoa humana, considerados essenciais para a própria subsistência: segurança alimentar, moradia, saúde e trabalho.

Além disso, destaca-se ainda a ausência de integração, o desconhecimento e o distanciamento das políticas públicas. É preciso que haja uma articulação entre elas através de uma concepção e atuação integral das ações de modo a atender cada demanda desse grupo populacional.

A intersectorialidade e a integração das políticas públicas em todos os âmbitos são indispensáveis para atender às demandas dos moradores de rua, visto que não é possível garantir o direito à moradia, por exemplo, sem que sejam atendidas as necessidades relacionadas à educação, ao trabalho e renda, à segurança, ao saneamento básico, entre outras.

Portanto, para que cada necessidade seja contemplada, é preciso que haja a retaguarda de outras políticas e que as estratégias sejam pensadas a partir da realidade vivenciada pela população em situação de rua, articulando ações entre as diferentes áreas das políticas públicas e entre as dimensões da vida dessas pessoas.

4. UMA ANÁLISE DO ATENDIMENTO OFERECIDO PELO CENTRO POP- ANIL NA GARANTIA DE ACESSO AOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop – Anil está localizado no Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão. O município faz parte da Mesorregião do Norte Maranhense e Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís localizada a norte do Estado do Maranhão. No Brasil, existem 29 unidades do Centro POP, sendo que no município de São Luís existem 02 (duas) unidades de atendimento: uma no bairro do Centro e outra no bairro do Anil (bairro em que está localizado o Centro Pop – Anil, objeto de análise desta pesquisa).

Destaca-se que o Centro Pop é uma unidade de referência estratégica no SUAS, para o trabalho social com pessoas em situação de rua e constitui-se como Proteção Social Especial de Média Complexidade, de natureza pública e estatal.

É importante esclarecer que o Centro POP é um serviço da Média Complexidade, portanto não tem a função de abrigar ou de acolher institucionalmente seus usuários e sim de oferecer orientação individual e grupal, encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e demais políticas públicas por meio de um trabalho técnico visando contribuir na construção da autonomia, proteção e inserção social das pessoas em situação de rua. Ratificando que, de acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a função de acolhimento institucional é da Alta Complexidade nas modalidades de abrigo, casas de passagens e residências inclusivas.

Além disso, o Centro Pop é um dos objetivos previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua tendo como público alvo jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência e tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Este capítulo contém a sistematização dos dados qualitativos que possibilitaram a análise do atendimento oferecido no Centro Pop/Anil e sua

efetivação para garantia de acesso aos direitos sob a perspectiva da Política Nacional para População em Situação de Rua.

Ressalta-se que a partir da aproximação com o universo pesquisado dessa população, foi possível compreender as múltiplas determinações que tangem a vida dessas pessoas e analisar as situações institucionais desafiadoras que são intrinsecamente ligadas ao cotidiano dos profissionais para garantir os direitos básicos e fundamentais a essa população.

Todo esse processo de investigação e aproximação com a realidade dessa população possibilitou a compreensão da situação de vida da população adulta em situação de rua atendida no CENTRO-POP Anil bem como se desenvolve a atuação dos profissionais diante da realidade institucional, visando uma análise crítica e mais aprofundada do trabalho que é executado por esta unidade e a garantia da efetivação dos direitos com base nos objetivos, princípios e diretrizes prescritos na Política Nacional para População em Situação de Rua.

4.1 Panorama histórico do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP – Anil

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, previsto no Decreto N° 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, volta-se especificamente para o atendimento especializado a essa população, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para as mesmas.

Na perspectiva de garantir o atendimento a essa população no município de São Luis, foi criado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP- Anil. O atendimento a essa população teve início desde o ano de 2005 sob responsabilidade da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS¹⁰, através do Projeto *População Adulta de Rua*.

¹⁰A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), criada pela Lei Municipal nº 3.779/98, é o órgão da Prefeitura de São Luís que coordena e executa a Política Municipal de Assistência Social no contexto do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, articulada e integrada com outros órgãos públicos afins e a sociedade civil. Tem a missão de coordenar e executar a Política Pública de Assistência Social do município de São Luís, no contexto do SUAS, promovendo e organizando um conjunto integrado de serviços, programas, projetos e benefícios voltados à garantia de direitos e de condições dignas de vida para famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e risco social, nos territórios urbanos e rurais, com centralidade na família e tendo como referências à proteção social, a vigilância social e a defesa social e institucional.

Entretanto, em 2011 houve a intensificação e ampliação dos serviços oferecidos para essa população por meio do atendimento especializado nas unidades dos Centros POP.

Destaca-se que o Centro POP está inserido na estrutura organizacional da SEMCAS e subordinado à Superintendência de Proteção Especial, na qual se insere ainda a Coordenação de Proteção e Promoção a Pessoas em Situação de Rua. Em 2010, a SEMCAS realizou um levantamento sobre a população em situação de rua e registrou que no Município de São Luís, 388 pessoas vivem em situação de rua; em 2012 foi realizada outra contagem sobre essa população neste município, e foram registradas 627 pessoas vivendo em situação de rua – dentre estes 510 são homens e 117 são mulheres.

De acordo com o levantamento, percebe-se que o número de pessoas vivendo em situação de rua aumentou de forma expressiva do ano de 2010 para 2012. Esses dados comprovam o descaso do poder público e a escassez de ações voltadas ao enfrentamento dessa questão. Nos dois levantamentos realizados pela SEMCAS, destacou-se que os principais motivos que levam indivíduos a morar nas ruas são: a dependência química, desemprego e conflitos familiares. No levantamento também foram identificados os principais locais de concentração da população em situação de rua em São Luís, quais sejam: o Centro Histórico, o bairro da Cohab, o São Francisco e as rotatórias da Forquilha e Renascença.

A unidade do Centro POP - Anil¹¹ funcionava no bairro da Cohab em São Luís desde 2011 e em 2014 houve uma mudança para o bairro do Anil onde está instalado atualmente, conforme observado no Apêndice D Segundo relatos da Coordenadora do Centro Pop Anil as mudanças de localidade das unidades geralmente ocorrem devido às situações circunstanciais como motivos políticos, falta de usuários dependendo da distância ao acesso para o Centro Pop, condições estruturais do imóvel, inclusive por invasões ou furtos no local.

¹¹Centro POP - Anil: Este Centro POP funcionava no bairro da Cohab localizado em São Luís, porém, devido às condições estruturais e o difícil acessos dos usuários até a Centro POP Anil mudou-se para o bairro da Aurora no início da Estrada de Ribamar próximo aos bairros da Cohab, Anil, Planalto Pingão, Aurora, de grande fluxo de pessoas em situação de rua. Além de ter boas condições e estrutura que oferece melhor comodidade e espaço para realizar as atividades de grupo, socialização e oficinas, o Centro POP Anil atende as normas de implantação do Centro, que deve ser instalado em local de fácil acesso, fazer parte da área de cobertura em locais com maior concentração e trânsito de pessoas em situação de rua. **(Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro POP)**

Segundo relatos dos profissionais e usuários entrevistados é importante destacar que no período em que a pesquisa empírica foi realizada, no mês de setembro a outubro de 2016, a maioria das atividades com os usuários não estavam sendo executadas de forma pontual devido ao desaparecimento da bomba de água. Por este motivo as atividades não poderiam ser desenvolvidas, sendo que uma das primeiras necessidades do usuário é a higiene pessoal e o banho. De acordo com as observações participantes realizadas pela pesquisadora (pode colocar isso?) em relação à rotina institucional os usuários se deslocavam para o Centro Pop apenas para garantir uma senha para o almoço no Restaurante Popular.

O Centro Pop Anil é dividido por territórios e abrange vários bairros inclusive a Zona Rural e deve ser localizado em áreas onde é visível o grande fluxo de pessoas que vivem em situação de rua, geralmente encontradas nos semáforos, retornos de avenidas e nas ruas da cidade.

Atualmente, o Centro POP – Anil funciona em uma residência com amplo espaço oferecendo boas condições estruturais para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais. A residência dispõe dos seguintes espaços: 01 sala de coordenação, 01 sala de atendimento social, 01 sala de atendimento psicológico, 01 área de convivência para realização de atividades socioeducativas, palestras, artesanatos e oficinas, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 01 biblioteca, 01 sala para cinema, 01 sala para os profissionais administrativos, 01 refeitório, 01 área de banho e lavagem de roupa dos usuários (vide apêndices E, F, G, H e I).

Ressalta-se que a estrutura física do Centro POP Anil atende as exigências das Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, que estabelece que este deverá dispor de espaços para:

- I. Recepção e acolhida inicial;
- II. Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e/ou atividades administrativas;
- III. Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos;
- IV. Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio.
- V. Copa/cozinha;
- VI. Espaço para realizar a higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive);
- VII. Banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- VIII. Lavanderia com espaço para secagem de roupas; refeitório; Guarda pertences, com armários individualizados. (Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro POP, 2011, p. 49).

O público-alvo de atendimento ao Centro POP – Anil é composto por jovens, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. São atendidas, em média, por mês 35 pessoas em situação de rua, sendo a maioria (90%) são do gênero masculino, adultos, pardos que não terminaram o ensino fundamental. De acordo com a coordenadora do Centro POP – Anil, as formas de acesso aos serviços oferecidos pela instituição são: em sua maioria demanda espontânea seguida de denúncias e encaminhamentos do serviço especializado em abordagem social, outros serviços socioassistenciais, demais órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos e demais políticas públicas.

A abordagem social da população em situação de rua é realizada pela por educadores sociais e técnicos do Busca Ativa que vai diretamente para as ruas à procura dessa população, todavia este não é um serviço exclusivo do Centro POP, pois a equipe de abordagem social atende também demandas de outras instituições vinculadas à Semcas como, por exemplo, os Centros Especializados em Assistência Social-CREAS. A abordagem é feita nos turnos da manhã, tarde e noite, se realizando não apenas com os adultos em situação de rua, mas também com as crianças e adolescentes.

No que tange as formas de atendimento e acolhida da pessoa em situação de rua no Centro Pop Anil, os critérios utilizados na porta de entrada da unidade com os usuários são o acolhimento que é realizado pelo educador social, o banho e o café da manhã.

Logo após o serviço de acolhimento, o usuário é encaminhado para o atendimento psicossocial com o assistente social e psicólogo de acordo com a sua demanda e necessidade. Ressalta-se que o atendimento psicossocial pode ser feito pelos os dois profissionais em conjunto ou separadamente, todavia a psicóloga entrevistada destacou que cada profissional executa seu trabalho dentro das suas especificidades para intervir na demanda.

Nessa etapa é necessário explicar que os profissionais utilizam um instrumental de trabalho denominado Plano de Acompanhamento Individual e Familiar – PIA, cujo objetivo é verificar as potencialidades e identificar quais interesses e perspectivas de cada usuário, constando suas demandas, principais habilidades, projetos de vida, dados pessoais, principais situações vivenciadas, objetivo da intervenção, ações estratégicas e resultados até o desligamento do usuário.

É necessário, portanto, ter o conhecimento acerca dos interesses e da vivência da população em situação de rua dentro e fora do Centro Pop para que os profissionais possam traçar as ações estratégicas de acordo com a realidade de cada usuário, dessa forma o PIA é de extrema importância.

O atendimento humanizado, individual respeitando às adversidades é um dos princípios previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua em seu artigo 5º: IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009, p.01).

Destarte, é importante considerar também que a vida dessas pessoas é atingida por uma multiplicidade de fatores tais como conflitos familiares, dependência química, isolamento social, problemas mentais, desemprego entre outros que devem ser levados em consideração no momento da intervenção de cada profissional.

Em relação aos objetivos principais do Centro POP – Anil com a população em situação de rua são:

- a) Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- b) Contribuir para a construção ou reconstrução de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- c) Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua e
- d) Promover ações para reinserção familiar e/ou comunitária.

Os serviços socioassistenciais mais procurados por essa população são o Bolsa-Família e o Aluguel Social¹². Segundo a assistente social do Centro Pop Anil muitos usuários não são incluídos nos benefícios e programas socioassistenciais por falta dos documentos exigidos e principalmente pela dependência química, neste sentido a profissional enfatizou que:

¹² Aluguel social – é um benefício eventual de caráter suplementar e provisório que integra organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social-SUAS. O benefício eventual na forma de aluguel social terá caráter excepcional transitório não contributivo e destinado para pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência ou de baixa renda com a moradia destruída, total ou parcial, que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou interdita em função de condições climáticas que impeçam o uso seguro da moradia (Lei orgânica de Assistência Social-LOAS, p.23, 1993).

É necessário trabalharmos primeiramente a questão do “ter, do cuidar, do saber guardar”, porque muitos irão gastar o benefício de qualquer forma, muitas vezes com algo que pode afetar a própria vida do usuário em questão, e esse não é o objetivo do serviço. O Aluguel Social, por exemplo, nós não podemos fazer “de qualquer jeito”, os interessados devem estar engajados em algum curso, participar das atividades ou mesmo em tratamento antidrogas, pois para serem inseridos nos programas da política de Assistência Social é necessário que a população esteja adequada nos critérios de elegibilidade ou nas condicionalidades de cada programa e/ou projeto (informação verbal).¹³

É importante frisar que para a inclusão das pessoas em situação de rua nesses benefícios socioassistenciais, é necessário encaminhá-las para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, local onde é realizado o cadastro dos usuários para que possam ser contemplados pelos programas.

Essa articulação entre o Centro Pop e o Cras, ou seja, entre o Serviço de Média e Básica Complexidades, respectivamente, é denominada de contrareferência no atendimento de modo a contribuir e trazer respostas profissionais efetivas para a população de acordo com a demanda. A referência e contrareferência são fundamentais no processo de acompanhamento do usuário que está sendo atendido e estão profundamente ligados às questões de acessibilidade, universalidade e integralidade da assistência:

“A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS). A contrareferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica”.(Manual de Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.10).

É fato que tanto a referência como a contrareferência tem o intuito de contribuir para o acesso de forma assegurada do usuário ao atendimento, além da redistribuição das responsabilidades quanto às ações e serviços sendo muito importante que o serviço prestado seja com qualidade. O acesso aos benefícios assistenciais e previdenciários está previsto no inciso IX da Política Nacional para População em Situação de Rua que ratifica a necessidade de “proporcionar o

¹³ R. M. M. P (informação verbal) - relata sobre os fatores que dificultam a inserção dos usuários nos programas socioassistenciais como a falta de documentação e a dependência química que faz parte do cotidiano de muitas pessoas que vivem em situação de rua.

acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica”.

No entanto é preciso estabelecer estratégias de comunicação e interlocução no trânsito dos níveis de complexidade, como por exemplo, entre o CRAS e o CENTRO POP propiciando que o usuário seja analisado em seu histórico de atendimento passado, sendo essencial o registro das informações feitas pelo profissional.

Destaca-se que o Centro POP – Anil mantém uma articulação com outras políticas públicas, órgãos e movimentos sociais de defesa dos direitos humanos para o enfrentamento conjunto dos problemas que atingem as pessoas que vivem em situação de rua uma vez que a intersectorialidade está preconizada como uma das diretrizes no artigo IX da Política Nacional para População em Situação de Rua: “ação intersectorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida”. (Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009, p.15).

Dando prosseguimento à entrevista o (a) assistente social afirmou que o trabalho em rede desenvolvido pelo Centro POP é articulado entre os seguintes órgãos:

Na assistência social possuímos articulação com Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS / CRAS e Abrigo Institucional; no âmbito sociojurídico com Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/ MA principalmente para retirada de documentação civil, assistência e orientação jurídica; na área da saúde os usuários geralmente são encaminhados para as Unidades de Pronto Atendimento-UPAS, Socorrão I e II, Hospital Materno Infantil cujo atendimento nessa área ainda é bastante fragilizado, enfatiza a Coordenadora do Centro Pop; em relação ao tratamento para dependência química os usuários interessados, são encaminhados para o Centro de Atenção Psicossocial-CAPS e Comunidades Terapêuticas; na área de emprego o Centro Pop possui parceria com o Sistema Nacional de Emprego –SINE para facilitar a emissão de carteiras de trabalho; na área do esporte e lazer os profissionais do Centro Pop fizeram uma parceria com o Seminário Cristão Evangélico para desenvolver atividades física e esportivas com os usuários; e parcerias com os Restaurantes populares e o Programa Começar de Novo destinado para pessoas em situação de rua que estão apenados no Sistema Prisional. (informação direta)

Vale ressaltar que apenas a parceria com o SINE é oficializada, sendo que as demais articulações com os outros órgãos são feitas, a priori, por iniciativa dos profissionais da instituição através de encaminhamentos dos usuários e comunicação com pessoas que trabalham em outras áreas das políticas públicas.

Em contrapartida o trabalho em rede ainda possui muitas dificuldades e lacunas que precisam ser preenchidas uma vez que muitos usuários do Centro Pop são encaminhados para outros equipamentos públicos e nem sempre são atendidos de forma humanizada, ou seja, vê-se que a retaguarda dos outros serviços públicos em relação a esse público ainda é frágil, limitada e insuficiente para atender as demandas e garantir os direitos sociais e humanos da população em situação de rua, que por sua vez têm aumentado bastante.

Todavia isso acontece por múltiplos fatores que ainda estão impregnados na nossa sociedade em relação à população que vive nas ruas, dentre eles um dos principais é o preconceito, a discriminação e os *tabus* de estigmatização que essas pessoas carregam desde o período da escravidão e hoje refletem na forma mais profunda desigualdade social.

Em relação às atividades educativas realizadas com os usuários, a coordenadora do Centro explicou que todas as ações são planejadas a partir das diretrizes nacionais e do Caderno de Orientações Técnicas para o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. Ressalta-se que as atividades são realizadas com temáticas transversais, para pessoas que vivem nesta situação, organizadas da seguinte forma:

- a) Exibição de filmes e realização de palestras sobre temas de interesse desse segmento tais como: violação de direitos, aluguel social, Bolsa-família, saúde, higiene pessoal, vivência em grupo;
- b) Realização de atividades de esporte e lazer fora da instituição (praças, rios, passeios em pontos turísticos, museus, Feira do Livro, praias) para fortalecer os vínculos sociais e comunitários.
- c) Oficina de Artesanato: produção e confecção com materiais recicláveis (Jornal, garrafas PET, latas) e outros, para produção de artesanatos - os produtos resultantes dessas oficinas podem ser visualizados nos apêndices J, K, L e M;
- d) Dinâmicas diárias em grupo para fortalecer os vínculos comunitários, bem como possibilitar a troca de experiências e expressão dos sentimentos.

Além dessas atividades, o Centro POP – Anil também oferece refeições diárias aos usuários cadastrados. As refeições são oferecidas pela manhã (café da manhã), ao meio-dia (almoço) e o lanche da tarde. A instituição dispõe também de

determinados espaços, banheiros e materiais necessários para que os usuários façam suas higienizações corporais (banhos, lavagem e trocas de roupas).

Essas atividades são desenvolvidas no período diurno, de segunda à sexta, no horário de 8 às 17:30h e são priorizadas atividades que utilizam o processo de dinâmica grupal, possibilitando a troca de experiências, a expressão de sentimentos, a revalorização de potencialidades, o resgate da autoestima, o estímulo à organização, cuidados com a higiene e enfrentamento com situações diversas, entre as quais destacam-se: as situações de perdas sucessivas, os vínculos familiares rompidos e a necessidade de encaminhamentos para tratamento na área de saúde ou outras políticas públicas.

4.2 O trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar e a efetivação dos direitos às pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP-Anil em São Luís/MA

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua deve oferecer um trabalho técnico por meio de uma equipe multidisciplinar para garantir a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Nessa perspectiva, a equipe multidisciplinar do Centro POP – Anil é composta por 01 coordenador (nível superior), 01 assistentes sociais, 02 pedagogas, 08 educadores sociais, 01 psicóloga, 01 oficinheiro, 02 cozinheiras e 02 administrativos (técnicos de nível médio). Destaca-se que de acordo com as Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS -NOB RH, as principais atribuições do coordenador do Centro POP são: coordenar as articulações com as demais políticas públicas e demais unidades e serviços, discutir com a equipe técnica, estratégias e ferramentas teórico-metodológicas que possam qualificar o trabalho e coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e usuários.

Já os demais profissionais que compõe a equipe multidisciplinar, possuem as seguintes atribuições:

- a) Acolhida, escuta qualificada e oferta de orientações, informações e registro da história de vida dos usuários atendidos;
- b) Articulação com Instituições e ONG's que trabalham com espaços de acolhimento;
- c) Inserção de usuários no CAD ÚNICO;
- d) Encaminhamentos;
- e) Visitas domiciliares para busca de referência familiar das pessoas em situação de rua;
- f) Abordagem em vias públicas e locais identificados pela incidência de situações de risco ou violações de direitos (em situação especial);
- g) Realização de atividades socioeducativas, através de dinâmicas palestras, oficinas e atividades lúdicas;
- h) Acompanhamento do usuário encaminhado à rede de serviços socioassistenciais e outras políticas públicas;
- i) Procedimentos referentes à manutenção simples de máquinas, equipamentos e ferramentas;
- j) Recâmbio (buscar alternativas para possibilitar o retorno de usuários para suas cidades de origem)
- k) Retirada de documentação pessoal;
- l) Relatórios sociais (mensais) e parecer técnico;
- m) Planejamento de atividades a serem realizadas com os usuários;
- n) Realização de atividades de lazer e/ou ações sociais com os usuários em locais públicos visando fortalecer os vínculos sociais e comunitários;

A composição de uma equipe multidisciplinar é de grande importância para atender de forma integrada as necessidades da população em situação de rua. Destaca-se que ter uma postura ética e respeitar as diferenças são atribuições que devem ser compartilhadas por toda a equipe técnica. De acordo com os princípios da Política Nacional para População em Situação de Rua, cada profissional deve atuar com base no respeito à dignidade humana, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência, além da igualdade e equidade.

Considerando que o trabalho com essa população apresenta limites e desafios devido à sua complexidade, buscou-se analisar o trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar do Centro POP – Anil frente a esse segmento, apontando as principais demandas dos usuários, a atuação profissional, os limites, avanços e desafios dentro do contexto institucional, assim como as perspectivas profissionais. Para isso, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas com 01 assistente social, 01 pedagoga, 01 psicóloga e 02 educadores sociais. Destacam-se, a seguir, as perguntas feitas para os profissionais e as respostas destes:

– Principais demandas trazidas pela população em situação de rua atendida no Centro POP – Anil

As demandas apresentadas pelo usuário são múltiplas, primeiramente fazemos o plano de acompanhamento com ele para poder intervir na sua necessidade. Geralmente as principais demandas trazidas pelos usuários são: emissão de documentos, aluguel social, bolsa-família, assistência médica, higiene pessoal e alimentação que muitas vezes é o foco principal dessa população. Há também aquelas pessoas que querem iniciar um tratamento antidrogas ou de transtornos mentais (informação verbal).¹⁴

De acordo com a resposta da psicóloga que trabalha há 05 (cinco) anos com pessoas em situação de rua, as demandas trazidas pelos usuários são inúmeras, porém as mais frequentes se dividem em emissão de documentos civis, tratamentos de saúde e suprimento das necessidades imediatas como higiene pessoal e alimentação.

Dessa forma, percebe-se que a maioria das demandas apresentadas pelos usuários é de caráter emergencial, as quais remetem principalmente à Política de Assistência Social e à Política de Saúde. Sobre as demandas que envolvem problemas de saúde, o Centro POP tem articulação com alguns hospitais e centro de saúde em São Luís. Em relação às demandas que envolvem assuntos jurídicos, o Centro possui uma parceria com a Defensoria Pública do Estado desta cidade para resolver questões como a retirada de documentos, emissão de registros, CPF entre outros.

Algumas demandas apresentadas pela psicóloga corroboram com a resposta dos educadores sociais entrevistados que enfatizam a alimentação como o foco principal para que essas pessoas frequentem o Centro Pop e se sujeitem a obedecer às regras de convivência (que devem ser respeitadas pelos usuários e

¹⁴ A.R.A (informação verbal): a entrevista destaca que as principais demandas trazidas pelos usuários do Centro Pop é o suprimento das necessidades básicas inerentes a qualquer ser humano como: “emissão de documentos, assistência médica, higiene pessoal e alimentação”.

profissionais) bem como participarem das atividades, uma vez que isso funciona como requisito para que elas possam usufruir dos benefícios que a instituição lhes oferece.

As regras são elaboradas pelos próprios usuários, porém, de acordo com os relatos dos profissionais, a adaptação a essas normas de convivência é um processo lento e árduo tendo em vista que no espaço da rua essa população goza de total liberdade nas suas ações e já em um ambiente interno que contém regras nem sempre a individualidade e as vontades próprias prevalecem.

Nesse sentido, segundo o profissional J.L.¹⁵, educador social, que trabalha há seis anos com essa população, ratifica que:

Questionamos várias vezes sobre a comida que eu considero o foco principal da população em situação de rua para frequentar o Centro Pop, isso de acordo com a minha percepção e vivência na instituição. A alimentação é importante, porém não é essencial. Para manter eles nos Centros e receber o alimento eles tem que participar das atividades, que para alguns não são muito atrativas, mas eu considero importante que eles possam participar, interagir, trabalhar em equipe, muitos aproveitam as oportunidades, já outros não. Às vezes o Centro é o local para eles se esconderem, devido a questão das drogas, porque ficam devendo e não podem voltar para seu local de origem, ai acabam vindo para o Centro Pop como se fosse um “refúgio (informação verbal).

Dessa forma, através da fala do profissional, percebe-se que o interesse em participar das atividades não está sendo o foco principal da ida desse usuário ao Centro Pop, mas sim outros benefícios que são viabilizados pela instituição os quais se remetem à alimentação, à Política de Assistência Social e à Saúde. Daí a necessidade de planejar as atividades e ações junto à população usuária buscando atender seus interesses e perspectivas.

Questionados sobre as atividades rotineiras e principais atribuições desenvolvidas pelo psicólogo e assistente social no Centro POP – Anil, as profissionais responderam:

O Centro tem a função de dá o suporte e o apoio para essa população. A gente faz o plano de acompanhamento do usuário, em conjunto com a assistente social e pedagogo para que possamos planejar a estratégia e intervir nas demandas. Geralmente eu encaminho o usuário para tratamento antidrogas, tratamento de transtorno mental que pode ser iniciado devido ao uso de drogas ou não, faço a reinserção familiar a trabalhos em grupo. É importante deixar claro que eu não faço terapia dentro do Centro Pop, pois não estou em uma unidade de saúde mental e sim dentro da Política de Assistência Social, portando contribuo para que o usuário possa construir novos objetivos e projetos de vida. (informação verbal)

¹⁵ J.L informação verbal: o entrevistado considera a alimentação como principal foco da procura das pessoas em situação de rua pelo Centro Pop, sendo que para ter acesso à alimentação é necessário que os usuários participem das atividades desenvolvidas pelos profissionais da instituição.

A partir do plano de acompanhamento individual e familiar nós identificamos as demandas, interesses e perspectivas de vida do usuário. As demandas geralmente são relacionadas a inserção no Bolsa família e Aluguel Social, onde nós já encaminhamos o usuário para o Cras; emissão de documentos, tratamento antidrogas e a procura por cursos profissionalizantes. (informação verbal)

No que tange as formas de atendimento e acolhida da pessoa em situação de rua no Centro Pop Anil, os critérios utilizados na porta de entrada da unidade com os usuários são o acolhimento que é realizado pelo educador social, o banho e o café da manhã. Logo após o serviço de acolhimento o usuário é encaminhado para o atendimento psicossocial com o assistente social e psicólogo de acordo com a sua demanda e necessidade, podendo ser feito com os dois profissionais em conjunto ou separadamente. Nessa perspectiva a psicóloga do Centro Pop Anil destacou que cada profissional executa seu trabalho dentro das suas especificidades para intervir na demanda.

Nessa etapa cabe explicar que os profissionais utilizam um instrumental de trabalho denominado de Plano de Acompanhamento Individual e Familiar – PIA cujo objetivo é verificar as potencialidades e identificar quais interesses e perspectivas de cada usuário, constando suas demandas, principais habilidades, projetos de vida, dados pessoais, principais situações vivenciadas, objetivo da intervenção, ações estratégicas e resultados até o desligamento do usuário.

Considera-se o plano de atendimento de extrema importância para que os profissionais possam traçar as ações estratégicas de acordo com a realidade de cada usuário haja vista que não adianta implementar uma ação sem conhecer os interesses e a vivência da população em situação de rua dentro e fora do Centro Pop.

O atendimento humanizado, individual respeitando às adversidades é um dos princípios previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua em seu artigo 5º: IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência. (Política Nacional para População em Situação de Rua, 2009, p.01).

Destarte, é importante considerar também que a vida dessas pessoas é atingida por uma multiplicidade de fatores tais como conflitos familiares, dependência química, isolamento social, problemas mentais, desemprego entre

outros que devem ser levados em consideração no momento da intervenção de cada profissional.

Em relação à heterogeneidade da população em situação de rua o educador social destacou que é uma característica expressiva desse público e por isso é levada em consideração no momento da intervenção tendo em vista que não fazem diferença entre o público, o tratamento é igualitário para todos.

Analisa-se em relação à heterogeneidade – característica expressiva entre a população em situação de rua – que os profissionais consideram um aspecto marcante entre os usuários e que, por possuírem diferentes perfis, vivências e opiniões, o trabalho torna-se árduo. Porém, as diferenças são respeitadas e levadas em consideração durante a atuação profissional.

O profissional ressaltou também que no início o trabalho com essa população era difícil tendo em vista que a maioria das pessoas que frequentavam o Centro Pop portavam armas e apresentavam sinais de drogadição, muitas vezes era necessário fazer uma abordagem mais severa, hoje em dia a questão da violência e do uso de drogas ficou mais complexo devido às facções criminosas, entretanto os educadores sociais impedem que essas situações adentrem no Centro Pop e tentam apaziguar da melhor forma possível.

Nota-se que a heterogeneidade é uma variável considerável quando se trata das questões relativas às pessoas em situação de rua; daí decorre a necessidade de que essa diversidade de situações seja respeitada e levada em consideração por estudiosos e profissionais que atuam junto a essa demanda bem como pela sociedade em geral.

Além disso, segundo Mattos (2006), o enfrentamento dessa demanda torna-se uma tarefa difícil, por ser uma população muito ampla, diversificada e complexa essa particularidade é enfatizada na fala do entrevistado quando o mesmo relata as situações vivenciadas no início do seu trabalho com essa população sobre a questão das drogas, armas e a falta de respeito com os profissionais o que pode resultar em medidas mais severas e advertências dentro do Centro Pop.

Em relação ao uso abusivo de substâncias psicoativas Mesquita (2010) define dependência química como uma síndrome metabólica que adapta o organismo ao uso dessas substâncias e o torna dependente. Nesse sentido o uso abusivo e a dependência de substâncias psicoativas não podem ser vistos como

simples problema de conduta pessoal, ou como simplesmente caso de repressão policial.

Seguindo a concepção do autor a dependência química deve ser considerada como questão social e alvo de políticas públicas, “o tráfico, a comercialização, é objeto da segurança pública, caso de polícia; o uso dessas substâncias é caso de política pública, caso da luta e efetivação de direito humano” (p.82).

Diante das representações sociais a que as pessoas em situação de rua são submetidas, é necessário um esforço para se fugir às interpretações baseadas no senso comum e na simples “culpabilização” desses indivíduos, sendo assim é importante recorrer à caracterização deste fenômeno, indo além do que é visto e naturalizado.

Nessa lógica, em relação à saúde as pessoas em situação de rua são intensamente vulneráveis a uma série de patologias inerentes às suas condições de vida em um universo no qual vivenciam inúmeras situações de privação e violência, tendo a cada dia o único objetivo de garantir a sobrevivência física. Essa situação culmina com a dificuldade de atendimento médico, pois muitas vezes essas pessoas não são atendidas nos hospitais por não terem documentação necessária ou pelo fato de não estarem com uma boa aparência, o que piora a condição delas.

A ausência de serviços de higiene, aliada às condições físicas extremamente precárias da população, amplia os problemas de saúde. No caso de doenças, a população em situação de rua costuma recorrer aos serviços públicos prestados em postos de saúde e hospitais.

Entretanto o atendimento é comumente precário, seja pelo preconceito de médicos e pessoal de saúde, que encontra dificuldades para se relacionar com a população de rua, seja porque o tratamento proposto é quase sempre inviável, uma vez que a maioria requer condições de higiene, horários estabelecidos para medicamentos, enfim, condições que a vida na rua não comporta (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 1994, p.108).

Contudo, é válido destacar que as pessoas atendidas no Centro POP - Anil, caso tenham algum problema de saúde, são encaminhadas para hospitais de média e alta complexidade ou postos de saúde, a fim de garantir o tratamento de saúde eficaz para essa população e, conseqüentemente, visando facilitar a rede de atendimento. Dessa forma, vê-se que há uma real necessidade da articulação

contínua do Centro POP com a política de saúde, atuando junto às instituições de atendimento nesta área.

Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros o efetivo tratamento de saúde com base nos princípios do SUS: universalidade, equidade e integralidade. Sendo assim, é preciso pensar nas pessoas em situação de rua como sujeitas de todos os direitos, com acesso universal a bens e serviços, que garantam sua saúde e bem-estar, de forma equitativa e integral.

– Existe capacitação continuada visando o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Centro POP – Anil?

Sim, as capacitações existem. Hoje o nosso grande enfoque na educação continuada não é trabalhar o “morador de rua” porque visamos que não é algo pra sempre, não trabalhamos com essa vertente e sim enxergamos outros fatores que permeiam essa situação de rua e como lidar com o usuário desde o acolhimento até a sua reinserção familiar. (A.R.A, informação verbal)

Acontece com frequência as capacitações por intermédio da Semcas. Considero muito relevante para que possamos trocar experiências e se aprofundar cada vez mais na realidade social dessa população, pois o cenário muda de usuário pra usuário e nós precisamos estar atualizados, conhecer também o que as outras instituições oferecem para garantir o acesso aos direitos para esse público. (J. L, informação verbal)

Nas falas acima, percebe-se que no ano de 2016 as capacitações para profissionais que trabalham com a população em situação de rua estão ocorrendo com mais frequência em relação aos anos anteriores tendo em vista que na pesquisa realizada no Centro Pop em 2013 os profissionais enfatizaram que a escassez de capacitações muitas vezes dificultava a intervenção com os usuários, considerando de extrema importância eventos como seminários, fóruns e encontros com o objetivo de aperfeiçoar a prática profissional e saber discernir o que está por trás de cada demanda levada pelo usuário, levando em consideração suas particularidades, histórias de vida e modos de sobrevivência dentre outros fatores.

Reforça-se que a capacitação para profissionais é uma das diretrizes da Política Nacional de Inclusão Social para População em Situação de Rua: VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade (Política Nacional de Inclusão Social para População em Situação de Rua, p.01, 2008). A necessidade e importância da capacitação para

os trabalhadores se mostram essenciais também para qualificar o atendimento e minimizar a discriminação em relação à população em situação de rua.

– Quais as dificuldades mais frequentes na sua atuação frente à população em situação de rua atendida no Centro POP - Anil?

A dificuldade maior é a rede de atendimento, pois ainda tem muitas fragilidades em determinados pontos. No Centro Pop, “hoje” se a gente for atender um idoso em situação de rua ele é orientado e é bem atendido, mas já no âmbito da saúde nós não temos esse respaldo para levar em consideração essas especificidades: a pessoa idosa, em situação de rua e dependente químico. Não tem um serviço para tratar o idoso nessa situação, mas tentamos sempre dá respostas aos nossos usuários mesmo com os desafios que é efetivar o trabalho em rede. (M. P.S. informação verbal¹⁶)

Primeiro lugar: a vontade deles, dos próprios usuários em estarem inseridos nas atividades, nos cursos profissionalizantes e em outras tarefas, os profissionais encaminham, mas muitos usuários não vão, iam uma ou duas vezes e depois não voltavam mais. Eu considero isso uma dificuldade para se trabalhar com esse público que as vezes querem “burlar” o sistema, querem que a gente faça tudo para elas, mas não podemos, não dá até porque eles precisam exercer a própria autonomia deles. Outra dificuldade é a falta de segurança à noite no Centro Pop, já fomos roubados algumas vezes; falta mais apoio da Semcas, estamos sem a bomba de água há dois meses e ainda não estamos vendo nenhuma providência sendo tomada, aqui está funcionando só o básico; falta de equipamentos como computador escassez de materiais para ministrar as oficinas artísticas, muitas vezes tiramos do nosso próprio “bolso” e se não fosse assim todo mundo aqui ia ficar de braços cruzados. (J.L informação verbal)

Destaca-se que as principais dificuldades apontadas pelos profissionais são escassez de materiais e equipamentos; fragilidades na efetivação do trabalho em rede entre as políticas públicas, principalmente com a política de saúde; falta de apoio da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS; falta de segurança dentro do Centro Pop entre outros problemas institucionais.

Percebe-se que a articulação entre as políticas públicas de assistência social, outras políticas e serviços, aparece nas falas dos profissionais como elemento fundamental no trabalho com a população em situação de rua, haja vista que é por meio da intersetorialidade que as necessidades desse segmento serão atendidas de forma específicas e integradas.

¹⁶M.P.S. informação verbal: a profissional entrevistada enfatizou as principais dificuldades e desafios de trabalhar com a população em situação de rua bem como os problemas internos da instituição que muitas vezes dificultam o processo de intervenção tais como: a falta de segurança, condições de trabalho adequadas, escassez de materiais e equipamentos e a falta de reconhecimento e valorização dos profissionais do Centro Pop. (Centro Pop Anil, 2016).

Dito de outro modo, a Assistência Social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, mas deve-se articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais, a fim de estabelecer, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social.

De acordo com os profissionais entrevistados, a articulação com as demais políticas públicas ainda é bastante frágil e limitada, mas apesar de todas as dificuldades a coordenadora do Centro Pop enfatiza que os serviços realizados não possuem um caráter imediatista e nem à curto prazo tendo em vista a complexidade das demandas advindas dessa população que precisam ser trabalhadas e contínuas, pois é a continuidade do serviço que vai trazer uma resposta no futuro.

É um trabalho executado a longo prazo, que ainda está caminhando, pois cada caso é um caso, temos que adequar o trabalho com a realidade do nosso Município, mas o norte é a Política Nacional para População em Situação de Rua, precisamos está o tempo todo com a política na “mão”, saber o que está errado e onde precisa melhorar o nosso trabalho.

Sobre a compreensão e a prática dos princípios e diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua, destaca-se que a articulação entre as políticas públicas está prevista no seu artigo I que visa a “implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua” (Política Nacional de Inclusão Social para População em Situação de Rua, p.01, 2008).

Outra dificuldade que chama atenção é o nível mínimo de atenção e apoio da Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social - SEMCAS em relação ao Centro Pop no que se refere principalmente às condições de trabalho, à valorização e reconhecimento dos profissionais e a garantia de Proteção Social da população em situação de rua.

Considera-se importante expor e discutir alguns desafios inerentes à operacionalização das políticas públicas, especificamente na Política de Assistência Social, que é identificar os limites e possibilidades de atuação profissional no sentido de propor estratégias para sua intervenção em um cenário de contraditoriedade e precarização do trabalho.

Percebe-se nas falas de todas as categorias de trabalhadores que atuam no Centro Pop Anil, que há uma vontade de fazer a diferença na vida dos usuários mesmo com todas as dificuldades, indo além da imediatismo uma vez que os profissionais desvelam a realidade e compreendem a essência das demandas dessa população, que não se evidencia de forma imediata e sim em longo prazo.

Com esse quadro de contradições necessita-se que o trabalho profissional esteja voltado à compreensão crítica da expansão do sistema capitalista que repercutem nas atribuições dos/as profissionais e conseqüentemente, atingem diretamente nas condições de vida e trabalho da população usuária. Nesse contexto tem-se a precarização das relações de trabalho, aumenta-se o trabalho temporário, regimes de trabalho mais flexíveis, terceirização de serviços. Por outro lado, exigem-se trabalhadores/as com mão-de-obra qualificada e polivalente, assim como:

Transformam-se em consequência, as formas de gestão do trabalho, com a defesa da „autonomia“ dos trabalhadores na execução de tarefas, o estímulo à participação, o trabalho em equipe e a conseqüente mobilização da adesão às metas de produção de qualidade, acentuando a competitividade entre os trabalhadores. Por outro lado, introduz-se a jornada de trabalho modular, exigindo-se que o trabalhador cumpra uma jornada mais flexível definida consoante as exigências da empresa, de acordo com as oscilações de produção [...] (IAMAMOTO, 1998, p.179).

É desafiante porque é preciso apreender a totalidade para compreender a realidade e desvendá-la tendo em vista a complexidade dessa questão que aponta alguns limites e desafios no que diz respeito às respostas profissionais para cada demanda levada pelas pessoas em situação de rua, uma vez que essa resposta não envolve apenas a política de assistência social, mas sim a articulação com todas as áreas do serviço público através do trabalho em rede.

- Quais os avanços da intervenção profissional dentro do contexto da instituição?

Em relação aos avanços o que considero importante mencionar é o fato de que muitos usuários já conseguiram sair das ruas através do Aluguel Social, superaram a questão de rua. Alguns já conseguiram trabalhar, outros estão construindo uma família e aproveitaram a oportunidade de serem acompanhados pelo Centro Pop. (R. M. M. P, informação verbal)

Avanços demais, muitos, desde quando iniciou. Na teoria tudo é muito lindo, mas na prática é tudo mais difícil. Antes as respostas eram mais difíceis, o trabalho em rede não funcionava, hoje em dia já conseguimos realizar parcerias com outras políticas públicas mesmo com as fragilidades; o processo de conscientização e identificação dos profissionais para trabalhar com o público, não são todos que se identificam com esse trabalho, é um trabalho árduo. Na saúde, atualmente já temos articulação com 01 Caps AD Estadual e 02 Centro Pops para atender as demandas da população em situação de rua. (A.R.A, informação verbal)

Vê-se que os avanços considerados pelos profissionais são importantes e significativos em relação aos anos anteriores no que se refere à desburocratização no atendimento dos usuários em outras instituições públicas, principalmente na saúde; inserção de usuários em serviço socioassistenciais e fortalecimento dos vínculos entre profissionais e usuários, entretanto é necessário avançar no processo de efetivação dos direitos dessa população em políticas nas áreas da educação, trabalho e renda tendo em vista que a maioria dos usuários atendidos no Centro Pop-Anil não concluíram o ensino médio, não estão aptos para o mercado de trabalho e não possuem qualificação profissional, o que dificulta ainda mais a sua reinserção social.

Faz-se necessário traçar ações estratégicas para que essas pessoas criem meios de garantir sua sobrevivência a partir das suas potencialidades e habilidades buscando desenvolver o seu protagonismo e autonomia, entretanto isso só será possível a partir da consolidação efetiva do trabalho em rede, da melhoria na qualidade de atendimento dos serviços públicos, investimentos nas condições de trabalho das instituições, atenção do Poder Público bem como também da sociedade com o olhar na Política Nacional para População em Situação de Rua.

Segundo a Coordenadora do Centro POP – Anil, a instituição desenvolve um trabalho em rede através da parceria com alguns órgãos do Estado do Maranhão com o objetivo de possibilitar a garantia de todos os serviços que a população em situação de rua necessita e ressalta que essa articulação tem funcionado nas políticas de saúde com alguns hospitais e centros de saúde e na política de educação com cursos profissionalizantes, além da assistência jurídica com alguns órgãos e instituições.

Tiveram muitos avanços, só o fato dos usuários se conscientizarem de que não podem vim pra cá armado ou drogado já considero um avanço; as parcerias com alguns órgãos hoje em dia é menos burocrática, a gente chega com o usuário e os profissionais já nos reconhecem e eles já são atendido, fizemos esses profissionais entenderem que esse público quer “tudo pra ontem, tudo urgente”, se não consegui logo eles ficam irritados, mas a gente vem dialogando com eles sobre educação, respeito, socialização e convivência na sociedade. Outro avanço é que já conseguimos inserir vários usuários para o mercado de trabalho, fizemos recâmbio com aqueles que desejavam retornar para seu Estado de origem, reinserimos na família, apesar dos desafios e dificuldades que são muitos”. (J. L, informação verbal)

No trabalho com a população em situação de rua, pequenas coisas se tornam grandes conquistas e avanços. Realizamos testes de HIV de 3 em 3 meses, temos parceria com o Instituto Embeleze para fazer ação social, todos os usuários são eleitores e possuem todos os documentos civis. Aqui

até a cozinheira foi uma conquista pois quem fazia a comida antes eram os próprios funcionários, tínhamos uma tabelinha para o dia de cada um cozinhar. E assim a gente faz parceria e corre atrás (M. P. S., informação verbal)

A intersectorialidade na política de Assistência Social visa superar a fragmentação das políticas, respeitando as especificidades de cada área, daí a relevância da articulação em rede na busca pelo atendimento às necessidades, haja vista que as pessoas em situação de rua são parte integrante da população brasileira e precisam ter seus direitos sociais e humanos garantidos pelo Poder Público, através de políticas públicas gerais destinadas à população como um todo.

- Numa visão ampla de todo o trabalho que é realizado pelo Centro Pop, quais suas perspectivas profissionais? O que precisa melhorar?

Em primeiro lugar melhorar o salário dos profissionais e ter mais apoio da Semcas nos trabalhos executados pelo Centro Pop, além disso, precisamos ter um incentivo e motivação para trabalhar, e isso vem através do reconhecimento profissional, que para mim é prioridade, se eu não tenho isso, não se tem satisfação e prazer, pois se a Secretaria não nos conhece, como vamos ser reconhecidos? Melhorias também na questão da segurança dos profissionais e na flexibilização de horários do expediente, pois muitas vezes fazemos hora extra, não somos pagos para isso e ainda somos cobrados. (M. P. S informação verbal)

Nota-se que a falta de reconhecimento e a valorização profissional é enfatizada na fala do entrevistado sendo considerados importantes elementos para que haja motivação no trabalho obtendo assim resultados mais eficazes no que se refere ao atendimento e serviços oferecidos para a população em situação de rua dentro da Política de assistência Social.

Gil (2001, p.210) explica que o comprometimento dos funcionários não pode ser comprado pelas instituições, mas deve ser conquistado através de recompensas que interessem a eles, obtendo sucesso para ambos. A realização pessoal, o desejo de atingir seus objetivos, ser reconhecido e valorizado são alguns sinais mais conhecidos que motivam o ser humano.

Porém, motivar pessoas não é uma tarefa simples, pois as pessoas, por serem diferentes entre si, interagem com a própria personalidade e motivação de formas diferentes. Por tudo isso, motivar pessoas no trabalho constitui tarefa das mais difíceis. É importante frisar que já está comprovado que empregados motivados tendem a proporcionar melhores resultados para as instituições, uma vez que existe um comprometimento entre ambos.

É certo que os desafios são muitos, tanto dentro da instituição quanto fora. É preciso avançar muito mais, no que diz respeito à retaguarda dos outros serviços públicos, à capacitação dos profissionais, ao reconhecimento profissional, quanto às condições de trabalho que lhes é oferecida, quanto às atividades socioeducativas, de forma que a distância entre o que a legislação prevê enquanto direito e o que vem sendo efetivado seja cada vez mais estreitada no trajeto que ainda deverá ser percorrido para eliminar gradual e sistematicamente as condições que favorecem a permanência das pessoas em situação de rua.

4.3 O atendimento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP Anil na perspectiva dos usuários

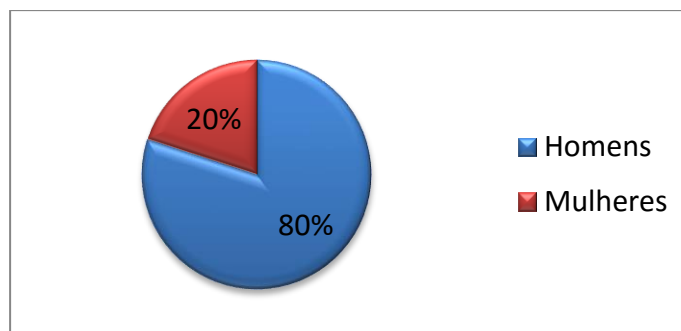
Nesta seção, será tratado o tempo que o indivíduo frequenta a instituição, sua opinião sobre a mesma, a importância das atividades exercidas, sua participação nelas e as críticas em relação ao Centro POP.

Ressalta-se que a escolha dos cinco usuários entrevistados se deu de forma aleatória a partir da análise dos relatórios mensais e dossiês disponibilizados pela instituição. É válido ressaltar que o processo das entrevistas se efetivou na medida em que os usuários chegavam na instituição para adquirir a senha do almoço haja vista que as atividades não estavam sendo executadas normalmente devido a problemas estruturais internos esclarecidos na metodologia deste trabalho.

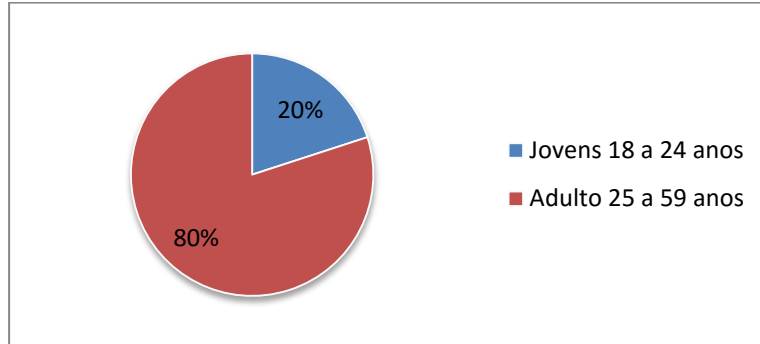
Destaca-se que a análise e interpretação das informações coletadas através dos relatórios, foram sistematizadas em forma de gráficos. Nessa direção, os relatórios mensais de atendimento aos usuários do Centro POP – Centro permitiram traçar o perfil destes, enfatizando as seguintes características:

Perfil dos usuários

Gráfico 1 - Gênero

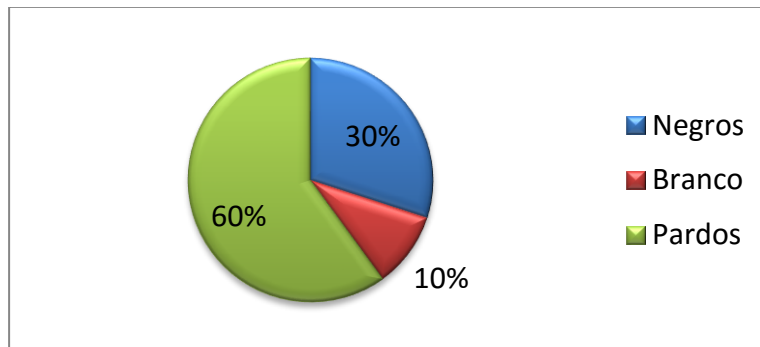


Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP - Anil, 2016.

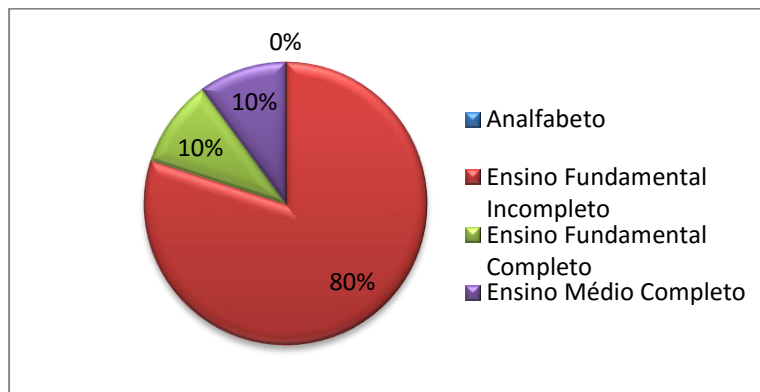
Gráfico 02 – Faixa etária

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP - Anil, 2016.

De acordo com os dados, a maioria dos usuários cadastrados no Centro POP – Centro é do sexo masculino (80%). Essas referências confirmam as estatísticas obtidas na Pesquisa Nacional, onde foi constatado que a população em situação de rua no Brasil é predominantemente masculina. Considerando a faixa etária prevalente na população atendida no Centro Pop, constata-se que são pessoas jovens e adultas.

Gráfico 03 - Etnia

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP - Anil, 2016.

Gráfico 04 - Escolaridade

Fonte: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP - Anil, 2016.

Com base nas informações contidas nos relatórios nota-se que a população em situação de rua atendida no Centro POP - Anil é bastante heterogênea, formada de jovens, adultos, negros, pardos, brancos, homens, mulheres, homossexuais, não alfabetizados, ex-trabalhadores e pessoas de outros interiores do estado e outros estados brasileiros. Quanto à escolaridade, certifica-se que a maioria dessas pessoas possui baixo grau de escolaridade e, muitas vezes, não concluíram os estudos e não possui nenhuma capacitação, o que se confirma nas estatísticas a respeito da formação escolar da população. Se caso existissem vagas no mercado para essas pessoas, este seria um fator que dificultaria a sua inserção no mundo do trabalho formal, tendo em vista que o mesmo está cada vez mais exigente no que se refere à mão de obra qualificada e altos níveis de escolaridade.

Além disso, elenca-se também outro fator a respeito do trabalho para essa população, que é a ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda capazes de inserir essas pessoas no mundo do trabalho de maneira que tenham condições socioeconômicas para garantir a sua sobrevivência. São sujeitos pertencentes a uma realidade que expressa fisicamente a imagem de um ser desprovido de direitos sociais, humanos e políticos sofrendo cotidianamente preconceitos e violência.

Na visão de Yazbeck (1993), o estado de pobreza significa a privação de um mínimo de bens ou mercadorias necessárias à sua conservação e reprodução social, de forma permanente ou transitória. A análise da autora sobre pobreza extrema sintetiza a realidade dessa população que sobrevive nas ruas sob marquises ou viadutos, desprotegidos socialmente, transformados em ameaças, sem o amparo das leis, tratados com discriminação e ignorados civil, social e politicamente.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua são atribuídos a problemas como conflitos familiares, alcoolismo e/ou drogas, desemprego e brigas com facções criminosas. Os dados em relação aos motivos de morar nas ruas, segundo relatórios corroboram com os dados da Pesquisa Nacional, em que 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados ou um ser consequência do outro): alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). A maioria dos usuários do Centro POP declarou que os principais motivos que os

levaram a morar nas ruas, foram: a falta de emprego, a dependência química e o rompimento com vínculos familiares.

O Sr. D. A. 29 anos, concluiu o ensino médio relatou que está morando nas ruas há 03 meses e quando questionado sobre o motivo que a levou para essa situação declarou: *“Rapaz, ultimamente estou passando por um momento difícil devido a separação conjugal, não tenho contato com a minha mãe, mas me dou com minha família”* (informação verbal)

Embora os vínculos familiares estejam fragilizados ou rompidos, a família é elemento fundamental na vida desses cidadãos. Segundo Escorel (1999), muitas vezes os conflitos no âmbito familiar permeiam nas decisões de saída do lar para as ruas. O afastamento da família, que é um elemento referencial e fundamental de apoio material e psicológico, contribui para o agravamento das situações de vulnerabilidades às quais a população está exposta nas ruas, como por exemplo, o uso contínuo das drogas tanto lícitas quanto ilícitas, saúde mental comprometida, exposição a violências, estado físico fragilizado entre outras.

Em algumas situações, um motivo pode desencadear outras consequências, como por exemplo, o envolvimento com as drogas pode ocasionar o rompimento com os vínculos familiares, o que dificulta o processo de reinserção familiar e comunitária. Essa situação pode ser observada através do depoimento do Sr. R. P, 36 anos, cursou o ensino médio incompleto, tem 01 (um) filho *“O que me levou para as ruas foi meu desinteresse em termos de drogas, eu tive apoio da minha família, mas relaxei e não possuo mais nenhum contato com ela”* (informação verbal)

Podemos considerar que o vício em substâncias psicoativas, muitas vezes, aliado ao desemprego, foi o principal causador do rompimento com os vínculos familiares destes entrevistados e que até hoje traz consequências na vida destas pessoas. Percebemos que vícios como álcool e drogas promovem situações que trazem uma degradação da condição anterior do indivíduo e que caracterizam a perda de vínculos. Embora a falta de emprego formal caracterize a pessoa em situação de rua, não se constitui como fator primordial da ocupação das ruas, em geral o desemprego ou a dependência química pode ocasionar a desavença familiar.

Questionados sobre o que fazem para sobreviver nas ruas, os usuários entrevistados responderam da seguinte forma:

*Já trabalhei como mecânico, mas ultimamente eu sou vigia de carro, artesão porque faço os trabalhos que eles ensinam aqui no Centro Pop, faço de tudo, só não quero é roubar.*¹⁷(F. A. C. N. 36 anos, informação verbal)

*Eu trabalho informal como limpador de carro em sinal, às vezes as pessoas ajudam também, a pessoa passa no carro e dá um bandeco, outros dão sopa pra gente.*¹⁸(R. P. 36 anos, informação verbal)

Através dos depoimentos, percebe-se que a maioria dessas pessoas já exerceu algum tipo de trabalho formal, porém, após a condição social de morador de rua, passaram a realizar trabalhos que fazem parte do setor informal, ocupações irregulares, tais como: vigilante de carro ou flanelinha, engraxate, garota de programa, bicos, pequenos prestadores de serviços, pedinte entre outras ocupações.

Cabe observar que as diferentes atividades desenvolvidas pela população para obter renda são consideradas como desqualificadas e fora do setor formal do mercado de trabalho. A dificuldade de obtenção de emprego ou mesmo de trabalho temporário faz com que a pessoa em situação de rua recorra a outras alternativas para garantir sua sobrevivência, através de práticas inerentes à própria rua, que possibilitem um ganho imediato.

Para Vieira, Bezerra e Rosa 1994 “essas atividades exercidas pelos moradores de rua são encaradas como não-trabalho, pois é o emprego com vínculo empregatício que configura, para eles, o trabalho”. Segundo Pochmann (2002), essas atividades realizadas pela população em situação de rua, para obter qualquer rendimento são aquelas que se incluem na dimensão ocupacional do segmento não-organizado, principalmente serviços ligados a cuidar de carro, engraxates, coleta de materiais recicláveis entre outros.

Em suas reflexões sobre essas ocupações do segmento não-organizado, o autor faz uma análise significativa acerca desses postos de trabalho, que são ocupados principalmente pela população em situação de rua:

Deve-se destacar que as ocupações não-organizadas ou informais encontram-se incluídas de forma dependentes e subordinadas à dinâmica capitalista. Contudo, embora opere conjuntamente com as ocupações organizadas, o segmento não-organizado revela um espaço econômico limitado e intersticial na absorção da força de trabalho excedente ao modo

¹⁷ F.A.C.N (informação verbal): o entrevistado vive em situação de rua há 12 anos, trabalhou como mecânico e atualmente sua forma de sobrevivência nas ruas é praticar o trabalho informal de vigia de carro.

¹⁸ R.P (informação verbal): o entrevistado vive em situação de rua há 08 anos e questionado sobre a forma de sobrevivência nas ruas respondeu que pratica o trabalho informal como limpador de carros nos sinais e esporadicamente recebe ajuda de pessoas voluntárias.

de produção capitalista. Além disso, são o comportamento do segmento capitalistas e a dimensão da população excedente que modulam os espaços de manutenção e reprodução das ocupações não-organizadas. (POCHMANN, 2002, p.66).

A referida afirmação contribui para a compreensão das razões pelas quais a população em situação de rua ocupa principalmente os postos de trabalho vinculados ao segmento não-organizado. As características da população em situação de rua indicam que este grupo populacional insere-se na superpopulação relativa, principalmente ao *lupem-proletariado* (parte do pauperismo, que é apto para o trabalho, porém não trabalha devido às características do modo de produção capitalista que não oferece vagas suficientes para todos). Nesse sentido, essa população pode ser inserida no que Pochmann (2002) denomina de força de trabalho excedente ao modo de produção capitalista.

Segundo Delgado (2004), no ano 2000, 43,1% da população brasileira mantiveram-se no setor formal, enquanto 54,4% estavam ocupando postos de trabalho no setor informal. De acordo com os esses dados, percebe-se que a informalidade na esfera do trabalho brasileiro está bastante elevada, traduzindo-se principalmente, nos empregados sem carteira assinada, nos trabalhadores por conta própria.

Nesse sentido, é válido ressaltar que, à medida que cresce o número de trabalhadores sem carteira e passam a depender da inserção na estrutura produtiva pelas formas precárias de ocupação, cresce o também o número de pessoas que não tem acesso aos direitos trabalhistas, como décimo terceiro, adicional de férias, seguro desemprego, FGTS e outros benefícios previdenciários, caindo em uma situação de pobreza agudizada.

Este é um caminho percorrido por várias pessoas que atualmente estão em situação de rua, pois no Brasil as políticas de proteção ao trabalho, asseguram cobertura especialmente aos que ocupam postos de trabalho vinculados a ocupações do segmento organizado, com carteira assinada ou autônomo, cuja ocupação é reconhecida legalmente. Portanto, face às mudanças contemporâneas do mundo do trabalho, poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas.

Considerando que o Centro POP é um serviço especializado para população em situação de rua, propôs-se a entender qual o significado e a

importância da instituição bem como as opiniões sobre o atendimento e serviços prestados:

Frequento o Centro Pop há 07 meses, pra mim o Centro é muita coisa através da ajuda dos profissionais conseguir tirar meus documentos e foi rápido, eu não tinha nenhum. Quando eu estava doente a assistente social de São Bernardo me encaminhou pra cá. (F. A. C. N, 36 anos, vigia de carro)

Moro na rua há 08 anos, o Centro é que ajuda a gente, dá oportunidade para quem realmente quer vencer na vida, gosto de participar das atividades porque é um momento que a pessoa tem atenção, concentração, é bom demais pra aprender. (R. P, 36 anos)

Nas falas acima, percebe-se ainda que os usuários do Centro POP manifestam satisfação com o atendimento e com as atividades oferecidas pela instituição. Eles entendem o Centro POP como “uma casa de apoio”, “uma grande ajuda”, e acham que as atividades realizadas “ocupam a mente”. Contudo, percebe-se que este é um entendimento bastante restrito no que se refere à concretização dos direitos humanos, políticos, econômicos e sociais da população em situação de rua. Direitos estes, previstos no artigo 6º da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que tem como principais diretrizes:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução; (Política Nacional para População em Situação de Rua...2009)

No que tange as perspectivas e/ou projetos de vida, as falas evidenciam que os itens mais citados e comuns a todos os entrevistados se referem à possibilidade de conseguir um emprego, construir uma família e ter a proteção de uma casa para morar, como podemos observar nos depoimentos a seguir: “*Pretendo sair dessa vida, arrumar um canto pra mim e voltar para o trabalho de novo*”. (F. A. C. N. 36 anos). Já o entrevistado D. A. 29 anos, destacou: “*Eu gostaria de arrumar um emprego descente para poder ter minha casa, uma esposa para dá força, pra somar*”.

Já o Sr. R. P alia seu sonho de restabelecer os vínculos familiares à superação ou recuperação do vício em substâncias psicoativas e projeta sua vida a partir dessa perspectiva “*penso em um dia criar vergonha na cara e caçar outro meio de vida, tirar a mágoa que eu tenho de mim mesmo, não da minha família*”. As falas acima evidenciam que a expectativa da população em situação de rua é “sair da

rua”, “ter um emprego”, “construir uma família”, isto é, ter um lar, um trabalho e uma família para construir uma nova vida.

Observa-se que o trabalho também é algo muito importante na vida dos usuários por garantir a construção de uma identidade e por ser um elemento socializador. A oportunidade de emprego é uma conquista fundamental na vida do indivíduo, tirando-o do ócio e dando-lhe condições de superação da condição de extrema pobreza que se encontram.

Assim, referem-se ao trabalho como uma possibilidade de retomar a vida. Nos depoimentos acima, os usuários enfatizam principalmente a questão do desemprego e expressam em suas falas que a oportunidade de emprego seria “essencial”, para que pudessem ter um modo de vida digno, um futuro plausível e a possibilidade de reconstruir os vínculos familiares.

Diante dessa perspectiva é que os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua devem atuar, desenvolvendo sociabilidades, na intenção de fortalecer vínculos interpessoais e/ou familiares, contribuindo, sobretudo na construção da autonomia dessas pessoas para que se tornem protagonistas de sua própria história e serem vistos como sujeitos de direitos e não como meros beneficiários de serviços socioassistenciais, superando assim as ações imediatistas e os limites institucionais, oportunizando a construção de novos projetos de vida aos seus usuários.

Para a efetivação da Assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade social e às demais políticas sociais. Por isso, a concepção de Assistência Social e sua materialização em forma de proteção social básica e especial (de média e alta complexidades), conforme previsto na PNAS/SUAS, requer situar e articular estas modalidades de proteção social ao conjunto das proteções previstas pela Seguridade Social.

Nessa perspectiva, a intervenção profissional na política de Assistência Social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza”, sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o atendimento oferecido pelo Centro POP- Anil na garantia de acesso aos direitos da população em situação de rua com base na Política Nacional específica para esse segmento, foi o objetivo principal desta pesquisa. O percurso realizado na mesma possibilitou alcançar alguns resultados que merecem algumas considerações. Pessoas vivendo em situação de rua existem desde a Antiguidade. No entanto, essa questão se agravou ao longo das transformações econômicas e sócio-históricas ocasionadas na sociedade, principalmente após a implantação do modo de produção capitalista.

As condições sócio-históricas mundiais determinaram um conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos, acentuados com o surgimento do capitalismo que cria, recria e amplia as desigualdades sociais para assegurar sua permanente expansão. É nesse contexto desigual que se insere a população em situação de rua que, lançada à pobreza extrema, encontra como única alternativa de moradia e sobrevivência a rua, criando nela modos de trabalhar, ser, viver e resistir.

Conceituado pela Política Nacional para População em Situação de Rua, esse segmento é considerado um grupo heterogêneo caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pelos vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e pela inexistência de moradia convencional regular, que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento.

A pesquisa possibilitou observar que esse segmento populacional caracteriza-se por ser heterogêneo e multideterminado, tendo em vista que essa população é composta por diversos grupos que se diferenciam pela idade, etnia, escolaridade, orientação sexual, deficiência, tempo de permanência nas ruas entre outros aspectos, além de serem múltiplos os fatores que conduzem o indivíduo à situação de rua. Entretanto, os motivos mais enfatizados pela literatura contemporânea são: a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas atinentes às situações de desabrigo, como explica Lopes (2005).

Ressalta-se que os principais fatores que levam o indivíduo a morar nas ruas foram identificados através da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua no Brasil. Os dados obtidos demonstraram que 35,5% dos indivíduos

entrevistados passam a ocupar as ruas por problemas de alcoolismo e/ou drogas, 29,8% pela questão do desemprego e 29,1% devido aos conflitos com familiares.

Os motivos enfatizados pela Pesquisa Nacional corroboram com os dados da pesquisa empírica realizada no Centro POP – Anil, uma vez que os dados colhidos nos relatórios da instituição, reafirmaram esses motivos que os levaram a morar nas ruas. Motivos caracterizados por Silva (2009) como fatores estruturais, biográficos e naturais que podem estar interligados, como explicado no capítulo 2 deste trabalho. Assim, os motivos que levam a pessoa para a situação de rua são diversos e isso não se explica em um único determinante, o que caracteriza a multiplicidade de fatores.

Por meio desta pesquisa, entendemos que a população em situação de rua constitui uma expressão da questão social ampliada pelo modo de produção capitalista e agudizada pelas políticas neoliberais, o que se expressa física e socialmente na população que se encontra nessa situação ao retratarem a imagem de seres desprovidos de acesso aos direitos sociais e humanos, submetendo-se a níveis extremos de degradação da vida.

São pessoas que se localizam nos centros urbanos e que, cotidianamente, são estigmatizadas, violentadas e, na maioria das vezes, enfrentam preconceitos da sociedade. É preciso reconhecê-los como sujeitos de direitos humanos e sociais, que carecem do aparato do Estado para alcançar o patamar de cidadãos e o respeito à sua condição humana perante a sociedade.

Para tanto, faz-se necessária uma mudança de cultura na sociedade por meio de ações educativas e campanhas permanentes vinculadas às políticas públicas, com vistas a romper o preconceito e os estereótipos dirigidos a esse segmento, bem como excluir os problemas geradores dessa situação. Nesta senda, a Política Nacional para População em Situação de Rua reforça em uma das suas diretrizes (no artigo IX) a “implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional”.

No que se refere às políticas públicas direcionadas para o enfrentamento da população em situação de rua, a pesquisa nos revelou que houve a criação de instrumentos legais que regulamentaram o atendimento especializado para pessoas nesta situação, o que representou um importante avanço para garantia dos direitos sociais desse segmento.

Neste sentido, é válido destacar que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) incluiu em seus artigos a obrigatoriedade da formulação de programas de proteção a essa população e que em 2009 foi lançada a Política Nacional para População em Situação de Rua que prevê princípios, atribuições, diretrizes e objetivos relacionados ao atendimento que deve ser prestado a essa população.

Entretanto, nem tudo que está previsto em leis e políticas é posto em prática, nem todos os instrumentos legais garantem a efetivação, de fato, dos direitos desse segmento, uma vez que, na sociedade brasileira, é notável o volume de pessoas vivendo em situação de rua sem um tratamento eficaz voltado à reversão desse quadro. Embora uma das principais diretrizes da Política Nacional para essa População seja a “promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais” e um dos objetivos é a “implantação de centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua”, a prestação desses serviços é precária e segmentada.

Não obstante, vemos que apesar desses mecanismos legais, a população em situação de rua é vítima do abandono dos governantes, de respostas institucionais, emergenciais e pontuais, da ausência de políticas públicas eficazes, contínuas, estáveis e intersetoriais que garantam de fato um atendimento digno à saúde, moradia, educação, segurança, geração de emprego e renda, além de cultura e lazer.

No município de São Luís - MA o atendimento oferecido para a população em situação de rua ainda é extremamente limitado, uma vez que são poucas as instituições que oferecem serviços a esse segmento e, quando oferecem, não abrangem todas as políticas necessárias para o enfrentamento dessa questão, como por exemplo, as políticas de saúde, emprego e renda, moradia, previdência, entre outras.

Outro fator que dificulta esse atendimento é o despreparo dos profissionais que muitas vezes têm preconceito e receio de prestar atendimento adequado a essa população, devido às suas condições debilitadas de aparência e também pelos estigmas atribuídos a essas pessoas ao longo de anos, classificando-os como “marginais”, “vagabundos”, “drogados”, “trombadinhas”. Além disso, a maioria das instituições estabelece regras de convívio e limites de permanência, que minimizam as possibilidades de acesso da população em situação de rua a esses

serviços, tendo em vista que muitas vezes o tempo é insuficiente para a readaptação à sociedade de um indivíduo que já está adaptado à vida nas ruas.

Assim, observamos que as ações tímidas, instáveis e imediatas das instituições, além de não contemplarem toda a população em situação de rua, nem sempre têm êxito e geralmente não produzem os resultados esperados pelos profissionais e pela própria população.

Esse problema pôde ser observado durante a pesquisa empírica nas falas de alguns profissionais que atuam no Centro POP – Anil que, ao ressaltarem as principais dificuldades em atender essa população, destacam: a insuficiência de recursos destinados ao Centro, a fragilidade na articulação com outras políticas para que essas pessoas possam ser inseridas em tratamento a longo prazo, falta de reconhecimento profissional, equipamentos e materiais insuficientes e condições de trabalho inadequadas ao que a Política Nacional para População em Situação de Rua propõe para esse público.

Percebe-se que há uma série de fragilidades processuais no que se refere ao enfrentamento dessa questão dentro do Centro – POP, uma vez que o trabalho do profissional não tem o respaldo suficiente de outras políticas públicas para contemplar todas as necessidades.

Ressalta-se que as atividades oferecidas no Centro – POP são matinais e, quando finalizadas, as pessoas voltam a ocupar as ruas e fazem dela o seu espaço de moradia, sobrevivência e convivência, ou seja, voltam a ficar a mercê das mazelas sociais, fazem uso de drogas, praticam assaltos, passam fome, dormem em locais insalubres e, no dia seguinte, voltam a frequentar o Centro em busca do suprimento das suas necessidades imediatas tais como o banho e alimentação.

As políticas públicas devem cumprir uma dupla função tanto de atender necessidades sociais imediatas quanto de criar condições para a aplicação de uma estratégia mais completa. Dessa forma, as políticas de distribuição de alimentos, higiene pessoal e as de atenção primária à saúde – que são indispensáveis de imediato – devem estar vinculadas às políticas que não levem em conta apenas o curto prazo, mas também o médio e o longo prazo. Para tanto, é necessário que haja a intersetorialidade, ou seja, uma articulação entre as políticas públicas no âmbito da saúde, educação, habitação, segurança, emprego e renda, cultura e lazer.

É preciso que as políticas direcionadas para essa população não sejam pensadas de forma setorial e isoladas. Pelo contrário, devem ser conduzidas num

processo transversal às políticas em seu conjunto, garantindo financiamento regular, além de serem articuladas nacionalmente, assegurando-se uma intervenção conjugada entre as três esferas de governo. Outra questão se refere à necessidade de aprofundar, qualificar e consolidar a integração com as demais políticas públicas, pois a pessoa em situação de rua é um cidadão que deve ser pensado e assumido na sua integralidade por todas as áreas do poder público.

Considera-se também que é necessário que o governo tenha iniciativa de organizar, com mais frequência, eventos como seminários, conferências, encontros e reuniões que propiciam espaço para debates acerca dessa população, para que juntos possam criar novas estratégias com vistas ao enfretamento efetivo dessa questão.

Ratificando-se que essa perspectiva é uma das diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua que em seu artigo VI prevê “o incentivo à pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento”.

Destaca-se ainda que a participação direta e efetiva da população em situação de rua na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, em particular nas decisões, é uma possibilidade real de concretização de ações, tendo em vista a defesa de seus interesses e de respostas às suas necessidades sociais, o que certamente expressa a garantia de seus direitos e da sua autonomia.

Diante do exposto nesta pesquisa, afirma-se que as conquistas legais de regulamentação ao atendimento à população em situação de rua, representam um avanço importante no que se refere à garantia dos seus direitos sociais. Nesse sentido, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Anil se constitui como um importante mecanismo para o atendimento a essa população. Porém, é preciso ir além da organização da proposta em sua logística. Há muito que avançar no que diz respeito à forma de atendimento e à articulação com outras políticas públicas para que seus direitos sejam, de fato, efetivados.

É preciso que haja políticas públicas consistentes, numa perspectiva integral, intersetorial e interdisciplinar com disponibilidade de recursos financeiros para criação de projetos de apoio que visem a saída dessas pessoas das ruas de forma que elas sejam capazes de resgatar sua auto-estima, construir novos valores,

fortalecer vínculos familiares e/ou comunitários, ter autonomia financeira e usufruir sua cidadania.

Além disso, constata-se a necessidade de uma articulação mais sólida e contínua, especialmente com a política de saúde, para que a população possa se recuperar do vício das drogas, tendo em vista que a drogadição é uma questão da saúde pública. E como mostrado na pesquisa empírica, a maioria das pessoas que são atendidas no Centro POP- Anil são usuárias de substâncias psicoativas; portanto é fundamental que elas sejam encaminhadas para tratamentos intensivos antidrogas.

Um aspecto que chamou atenção durante a pesquisa as pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP que foram entrevistadas tem a perspectiva de mudar de vida por meio de uma oportunidade de emprego ou de um tratamento eficaz antidrogas para que possam ter condições de fortalecer os vínculos familiares e/ou comunitários, construir uma nova família, se integrar socialmente, viver em moradia digna e enfim, poder usufruir plenamente seus direitos como cidadão. Isso denota que essas pessoas têm boas expectativas para suas vidas e precisam, efetivamente, de suportes qualificados que as impulsionem rumo ao enfrentamento do problema e à construção de novos padrões de vida a partir da compreensão de que são sujeitos de direitos.

Por fim, espera-se que os dados e informações produzidos nesta pesquisa possam servir para subsidiar a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas para que as mesmas tornem-se acessíveis e eficazes no atendimento à população em situação de rua. Ressalta - se que este trabalho monográfico não pretende esgotar os estudos do tema em questão, mas proporcionar subsídios que despertem o interesse para seu aprofundamento e discussão mais ampla, ou seja, um espaço que possibilite problematizar o tema, instigar debates e discussões, tendo como objetivo aprimorar conhecimentos e técnicas para melhoria da qualidade de vida da população em situação de rua, bem como a concretização dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA, Walter Filho. Escravos e escravas no Brasil. In:_____. **Uma história de negros no Brasil**. Salvador; Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais; Fundação Cultura Palmares, 2006. p. 63-92.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 10-15.
- BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAGA, Fernando. **Homens Invisíveis**: Relatos de uma Humilhação Social. São Paulo: Globo. 2002, 282p.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Tipificação de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.
- _____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- _____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP – SUAS e População em Situação de Rua. Volume 3. Brasília, 2011.
- _____. Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasília, 2009.
- _____. Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS. [s.l. : s. n.], 2014.
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da Família na Política Social. In:_____. (org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COSTA, Daniel de Lucca Reis. **Reflexos e contra-reflexos da cidade**: por uma interpretação política do povo da rua. Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/viewFile/36/pdf>>. Acesso em: 04/11/2016.

COSTA, Ana. Paula. Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, ano 5, n. 4, dez. 2005.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELGADO, Paulo. Roberto. **Precarização do trabalho e condições de vida: a situação da Região Metropolitana de Curitiba nos anos 90**. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Tese_PauloDelgado.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HOBBSBAWN. Eric. **A Era dos extremos: O breve século XX**. tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, 18 ed . São Paulo: Cortez, 2005. p. 66 - 103.

_____. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis/ABEPSS**, Brasília, ano 2, n.3, p. 9-31, jan./jun. 2001.

JUNQUEIRA, Luciano. A. Prates. Intersectorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. *In*: _____. **Mudança uma causa compartilhada: do ERSA ao SUS**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, 112 p.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A Ciência do Direito: Conceito, Objeto, Método**, 2ª Edição. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

MARTINS, José de Souza (2007). **Violência no Brasil é uma anomalia história**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci>. Acessado em 08.11.2016.

MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MESQUITA, Fábio. **Políticas públicas de drogas: a construção de um caminho democrático e humanitário para o Brasil**. Disponível em: <<http://www.reduc.org.br>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias e terapia familiar**. Harvard University Press, Cambridge, 1999.

MUÑOZ, Jorge Vicente. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: Seminário Nacional. Conselho Federal de Serviço Social - em Mesa Redonda referente ao tema (Des) Territorialização, População de Rua e o Trabalho de Assistentes Sociais, 2011, p.218-224.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da questão social. **Temporalis/ABEPSS**, Brasília, DF, Ano 2, n.3, jan./jun. 2001.

NEVES. Delma Pessanha. A miséria em espetáculo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 47, abr. p. 79-98. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

PAUGAM, Serge. **Pobreza e exclusão social**: uma análise Sociológica. In: _____. **O Futuro do Apoio Social na Europa**,[s. l. : s. n.], 1991. p. 10-18.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002, p.65.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec; Associação Rede Rua, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo. In NOVAIS, Regina e Vannuchi. Paulo. **Juventude e sociedade** (Orgs.). São Paulo. Editora. Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHUCH. Patrice et. al. **População em situação de rua**: conceitos e perspectivas fundamentais. Porto Alegre: Century, 2008. p.13-30.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: Seminário Nacional. Conselho Federal de Serviço Social - em Mesa Redonda referente ao tema (Des) Territorialização, População de Rua e o Trabalho de Assistentes Sociais, 2006, p. 200-217.

_____. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília.

_____. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo Cortez, 2009.

SNOW, David A. ANDERSON, Leon **Desafortunados**. Um estudo sobre o povo da rua / tradução de Sandra Vasconcelos . – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Et.Al (org.) **Os direitos dos desassistidos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993, p.09-59.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 33-40.

_____. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*. Brasília, DF, ano 2, n.3, p. 33-40, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Perspectiva. 1990. p. 6-17.

_____. A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. **Perspectiva**, v. 4, n. 2, p. 45 abr./jun. 1990.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora de Rua**: entre vivências e políticas sociais. Campinas. SP: Ed. Alinea, 2004.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 56-69, jan/abr, São Paulo, 2004.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Orgs.). **População de Rua**: quem é, como vive, como é vista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, Portugal, 1996. 251p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS PROFISSIONAIS

1- INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS E ESTRUTURA FÍSICA

1. Há quantos anos existe a instituição? Qual horário de funcionamento?
2. Como está organizada a instituição?
3. Quais são os espaços disponíveis na instituição para realizar atendimentos e atividades com os usuários?

2- SOBRE O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO POP- ANIL

1. Quais os critérios utilizados no atendimento à população em situação de rua? Atendem moradores de rua de outros bairros?
2. Como se realiza a busca ativa da população em situação de rua de São Luís-MA? Qual tipo de abordagem é realizada?
3. É ofertada alguma atividade, serviço e/ou atendimento em locais públicos, diretamente nas ruas?

3- EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

3.1 Identificação dos profissionais:

1. Nome?
2. Idade?
3. Cargo desenvolvido na instituição?
4. Há quanto tempo trabalha na instituição?

3.2 Atuação da equipe multidisciplinar

1. Como é organizado o trabalho da equipe multidisciplinar no atendimento à população em situação de rua?
2. Quais são as principais demandas trazidas pelos usuários?
3. Quais as atribuições de cada profissional?

4. Atualmente, existe na instituição algum tipo de capacitação visando o aperfeiçoamento dos profissionais? Em caso afirmativo, comente.
5. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, cada qual com suas respectivas características particulares. Durante a atuação, essa heterogeneidade é levada em consideração pelos profissionais?
6. A heterogeneidade dificulta a atuação profissional? Comente sobre isso.
7. Quais as dificuldades mais frequentes que encontra no cotidiano profissional?
8. Quais são os desafios e avanços que você aponta na sua atuação dentro do contexto da instituição? O que precisa melhorar?
9. Em uma visão ampla de todo o trabalho que é realizado na instituição, fale sobre suas perspectivas profissionais para enfrentamento dessa problemática.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A POPULAÇÃO
ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA****1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

1. Nome real ou fictício?
2. Idade?
3. Sexo:
 - masculino
 - feminino
4. Cor/ Etnia:
 - Afrodescendente
 - Branco
 - Pardo
 - Indígena
5. Escolaridade:
 - Não alfabetizado
 - Alfabetizado
 - Ensino Fundamental incompleto
 - Ensino Fundamental completo
 - Ensino Médio Completo
 - Ensino Médio Incompleto
 - Ensino Superior Completo
 - Ensino Superior Incompleto
6. Naturalidade:
7. Estado Civil:
 - solteiro/a
 - casado/a
 - união estável
 - viúvo/a
 - divorciado/a
 - Outros
8. Possui algum documento de identificação?
 - Carteira de Identidade
 - CPF
 - Registro de Nascimento

() Outros

9. Tem filhos?

() Sim

() Não

10. Tem algum problema de saúde? Em caso afirmativo, qual?

2 SOBRE O COTIDIANO NAS RUAS

1. Fale sobre quanto tempo você mora na rua e o motivo de viver nesta situação.

2. Possui algum contato com a família?

() Sim

() Não

3. Já exerceu algum tipo de função trabalhista (formal ou informal) ?

() Não

() Sim, qual?

4. O que você faz para sobreviver nas ruas?

5. Quais os principais meios que você utiliza para ter acesso à alimentação, roupas, dormidas?

6. Recebe algum benefício do governo?

() Sim

() Não

7. Quais as situações que mais acontecem com você nas ruas (violência, preconceito, discriminação)?

8. Fale sobre suas perspectivas e/ou projetos de vida.

3 SOBRE O ATENDIMENTO NO CENTRO POP

1. Há quanto tempo você frequenta a instituição?

2. Para você, o que é o Centro Pop?

3. Você considera importantes as atividades desenvolvidas pelos profissionais da instituição?

4. Qual sua opinião sobre o atendimento e os serviços oferecidos pelo Centro Pop?

5. O que você acha que precisa melhorar no trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam na instituição?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento sobre entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO SOBRE ENTREVISTA

CEDENTE: _____

Identidade nº _____ e CPF: _____

(No caso da inexistência do(s) documentos(s) acima, os espaços não serão preenchidos).

CESSIONÁRIOS:

1. Ana Valéria Soares Castro

Identidade nº: 025696872003-1 e CPF 049.271.083-09

2. Myrthis dos ReisBarbosa

Identidade nº: 00006620569-5 e CPF: 647393333-68

3. Angêla Maria Moraes Nazar

Identidade nº: 034859602008-4 e CPF: 489170443- 87

DO OBJETO: Entrevista para uso presente na monografia: **VIDAS DE RUA**: uma análise sobre a (in) efetividade das políticas públicas voltadas à população em situação de rua atendida no Centro POP/Anil em São Luís – MA.

DO USO: Declaro ceder sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de entrevista, de caráter documental, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

São Luís, ____ de _____ de _____

Assinatura do Depoente / Cedente

APÊNDICE D - Fachada do Centro Pop Anil



Fonte: CASTRO, 2016.

APÊNDICE E - Área de convivência - atividades socioeducativas, palestras, oficinas



Fonte: CASTRO, 2016.

APÊNDICE F - Área da recepção



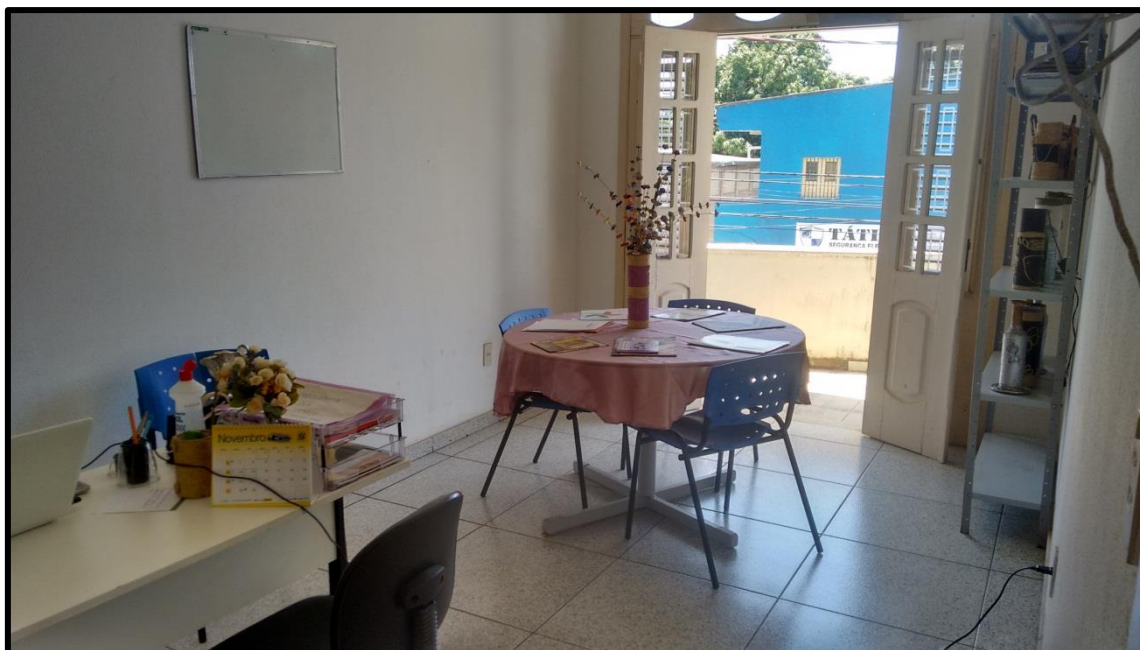
Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE G – Cozinha do Centro Pop Anil



Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE H - Sala de Atendimento Social (Serviço Social)



Fonte: Castro, 2016.

APENDICE I - Sala de atendimento Psicossocial



Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE J – Oficina de Artesanatos confeccionados pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil



Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE K- Oficina de Artesanato em jornal confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil



Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE L - Oficina de artesanato: palhacinhos com material reciclável confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil



Fonte: Castro, 2016.

APÊNDICE M - Oficina de Artesanato: abajour feito com canos confeccionado pela população em situação de rua atendida no Centro Pop Anil



Fonte: Castro, 2016.